

Capítulo D - DOCUMENTO ESTRATÉGICO



Janeiro de 2019

Ficha Técnica

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Coordenação

ICNF

Instituto Superior de Agronomia-Erena-Waymotion-2Eco

Coordenação Geral

- Margarida Tomé
- Carlos Rio Carvalho
- Brigite Boutequim
- Eduardo Coelho
- Fátima Ventura
- Fernando Murça
- Joana Amaral Paulo
- João Silva
- José Guilherme Calvão Borges
- José Miguel Cardoso Pereira
- Lúcio Roque do Rosário
- Luis Gordinho
- Manuela Branco
- Paula Soares
- Pedro Silva
- Rui Andrade
- Susana Amaral
- Teresa Ferreira

ÍNDICE

D – ANÁLISE PROSPETIVA E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

1	ANÁLISE PROSPETIVA E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS.....	1
1.1	ANÁLISE PROSPETIVA.....	4
1.1.1	<i>Caracterização dos cenários climáticos</i>	<i>5</i>
1.1.2	<i>Caracterização dos cenários de desenvolvimento florestal</i>	<i>7</i>
1.1.3	<i>Impacto dos cenários climáticos na aptidão produtiva das principais espécies florestais.....</i>	<i>11</i>
1.1.4	<i>Impacto dos cenários de desenvolvimento florestal e dos cenários climáticos no setor florestal</i>	<i>23</i>
1.1.5	<i>Análise SWOT dos cenários.....</i>	<i>29</i>
2	OBJETIVOS, MEDIDAS E AÇÕES	34
2.1	OBJETIVOS GERAIS.....	34
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS POR SRH	36
3	ESPÉCIES A PRIVILEGIAR.....	41
3.1	ENQUADRAMENTO.....	41
3.2	METODOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES QUANTO À PRIORIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS ESPÉCIES A PRIVILEGIAR	42
3.3	DOCUMENTOS DE ENQUADRAMENTO.....	42
3.4	NOTA SOBRE ESPÉCIES FLORESTAIS DE HABITATS RIPÍCOLAS.....	43
3.5	NOTA SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS REGIMES SILVOPASTORIL E CINEGÉTICO NA GESTÃO DE COMBUSTÍVEL	43
3.6	ESPÉCIES A PRIVILEGIAR POR SRH.....	44
	BIBLIOGRAFIA.....	77
	ANEXOS	79
	ANEXO 1 - METODOLOGIA FITOSSOCIOLÓGICA UTILIZADA NA AVALIAÇÃO DA APTIDÃO PRODUTIVA.....	80
	ANEXO 2 - PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL TOTAL E VALOR TOTAL DA FLORESTA NA REGIÃO PROF CENTRO INTERIOR PARA OS VÁRIOS CENÁRIOS CONSIDERADOS.....	82

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Comparação das temperaturas média, média das mínimas e média das máximas para os diferentes cenários climáticos e horizontes temporais considerados (média das "pseudo-estações climáticas" coincidentes com o PROF - Centro Interior)	6
Figura 2 - Comparação dos valores médios anuais das precipitações total e por estação do ano para os diferentes cenários climáticos e horizontes temporais considerados (média das "pseudo-estações climáticas" coincidentes com o PROF - Centro Interior)	6
Figura 3 - Distribuição dos valores de índice de qualidade da estação nos fotopontos com presença de eucalipto, comparando os cenários climáticos Bau, RCP4.5 e RCP8.5, estes últimos em dois horizontes temporais, 2030 e 2050	11
Figura 4 - Distribuição dos valores de índice de qualidade da estação nos fotopontos com presença de sobreiro, comparando os cenários climáticos Bau, RCP4.5 e RCP8.5, estes últimos em dois horizontes temporais, 2030 e 2050	12
Figura 5 – Aptidão produtiva do eucalipto (clima atual)	13
Figura 6 – Aptidão produtiva do eucalipto (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2030).....	14
Figura 7 – Aptidão produtiva do eucalipto (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2050)	14
Figura 8 – Aptidão produtiva do eucalipto (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2030).....	14
Figura 9 – Aptidão produtiva do eucalipto (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2050)	14
Figura 10 – Aptidão produtiva do pinheiro bravo (Clima atual)	15
Figura 11 – Aptidão produtiva do pinheiro bravo (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2030)	15
Figura 12 – Aptidão produtiva do pinheiro bravo (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2050)	15
Figura 13 – Aptidão produtiva do pinheiro bravo (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2030)	16
Figura 14 – Aptidão produtiva do pinheiro bravo (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2050)	16
Figura 15 – Aptidão produtiva do sobreiro (clima atual)	17
Figura 16 – Aptidão produtiva do sobreiro (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2030)	17
Figura 17 – Aptidão produtiva do sobreiro (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2050)	17
Figura 18 – Aptidão produtiva do sobreiro (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2030)	18
Figura 19 – Aptidão produtiva do sobreiro (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2050)	18
Figura 20 – Aptidão produtiva do pinheiro manso (Clima atual).....	19
Figura 21 – Aptidão produtiva do pinheiro manso (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2030)	20
Figura 22 – Aptidão produtiva do pinheiro manso (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2050)	20
Figura 23 – Aptidão produtiva do pinheiro manso (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2030)	20
Figura 24 – Aptidão produtiva do pinheiro manso (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2050)	20
Figura 25 – Aptidão produtiva da azinheira (Clima atual)	21
Figura 26 – Aptidão produtiva da azinheira (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2030)	22
Figura 27 – Aptidão produtiva da azinheira (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2050)	22
Figura 28 – Aptidão produtiva da azinheira (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2030)	22
Figura 29 – Aptidão produtiva da azinheira (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2050)	22
Figura 30 - Impacto dos cenários de desenvolvimento florestal (DF) e das alterações climáticas no Valor Total da Floresta em 2050 para a região PROF Centro Interior	28
Figura 31 - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças no cenário “Business as Usual” – BAU	31
Figura 32 – Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças no cenário “Desenvolvimento Florestal m” DFm	32
Figura 33 – Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças no cenário “Desenvolvimento Florestal i” DFi	33

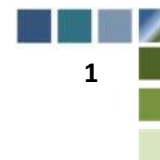
ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Caraterização dos cenários de desenvolvimento florestal	7
Tabela 2 – Dinâmicas externas e internas às explorações florestais que concretizam as diferenças entre o cenário BAU e os dois cenários de Desenvolvimento Florestal.....	26
Tabela 3 - Medidas de Intervenção Comuns e Específicas por SRH	36
Tabela 4 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH do Alto Alva.....	45
Tabela 5 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH do Alto Alva	45
Tabela 6 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH do Alto Mondego	47
Tabela 7 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH do Alto Mondego	48
Tabela 8 –Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH do Cova da Beira	51
Tabela 9 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH do Cova da Beira.....	51
Tabela 10 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH do Douro e Coa	53
Tabela 11 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH do Douro e Coa	54
Tabela 12 – Sistemas e espécies a privilegiar na SRH Estrela	56
Tabela 13 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Estrela	57
Tabela 14 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH Floresta do Interior	59
Tabela 15 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Floresta do Interior	60
Tabela 16 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH Gardunha	62
Tabela 17 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Gardunha	63
Tabela 18 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH Malcata	65
Tabela 19 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Malcata ..	66
Tabela 20 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH Raia Norte	68
Tabela 21 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Raia Norte	68
Tabela 22 –Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH Raia Sul	70
Tabela 23 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Raia Sul ..	71
Tabela 24 – Sistemas e espécies a privilegiar na SRH Tejo Internacional	73
Tabela 25 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Tejo Internacional.....	74

Tabela 26 –Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH Torre	75
Tabela 27 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Torre	75
Tabela 28 - Caracterização dos recursos florestais da região PROF Centro Interior para o cenário BAU, considerando o impacto dos cenários climáticos RCP4.5 e RCP8.5	82
Tabela 29 - Caracterização dos recursos florestais da região PROF Centro Interior para o cenário DFm, considerando o impacto dos cenários climáticos RCP4.5 e RCP8.5	83
Tabela 30 - Caracterização dos recursos florestais da região PROF Centro Interior para o cenário DFi, considerando o impacto dos cenários climáticos RCP4.5 e RCP8.5	84

SIGLAS E ACRÓNIMOS

Sigla ou Acrónimo	Descrição
BAU	<i>BUSINESS AS USUAL</i>
CI	CENTRO INTERIOR
DF	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
DFCI	DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
DFi	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL INTENSO
DFm	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL MODERADO
DR	DIÁRIO DA REPÚBLICA
ENF	ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS
ICNF	INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FLORESTAS
IPCC	<i>INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE</i>
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PROF	PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL
SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA
VAB	VALOR ACRESCENTADO BRUTO
VNP	VEGETAÇÃO NATURAL POTENCIAL
VTF	VALOR TOTAL DA FLORESTA
ZIF	ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL
ZPE	ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL



1 ANÁLISE PROSPETIVA E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

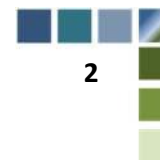
Neste capítulo procede-se à análise de tendências quanto à evolução dos espaços florestais e ao correspondente desempenho das suas funções, identificando as forças motrizes em função das quais se desenvolve o exercício prospetivo. São construídos cenários prospetivos tendo como referência os anos de 2030 e 2050 que integram um cenário base (*Business as usual*) e dois cenários de desenvolvimento florestal alternativos que integram na sua narrativa as variáveis mais relevantes para o desempenho do setor florestal.

Na análise de cada um dos cenários são tidas em conta as alterações climáticas como força motriz, através da análise do impacto de dois cenários climáticos (RCP4.5 e RCP8.5) na evolução dos recursos florestais da região. Esta análise tem muita relevância para a análise prospetiva, designadamente na definição das variáveis para caracterizar os impactos dos diferentes cenários climáticos no setor florestal.

A definição dos cenários de desenvolvimento florestal para os anos horizonte deste Programa – 2030 e 2050 – teve por base, por um lado, a situação atual da região tendo em conta os recursos florestais e o diagnóstico ambiental, social e económico realizados nos capítulos A, B e C do Documento Estratégico e, por outro lado, os eixos de desenvolvimento setorial preconizados pela Estratégia Nacional para as Florestas (ENF).

Como principais conclusões do diagnóstico realizado no Capítulo B, salientam-se:

- Os espaços florestais são muito relevantes na região PROF Centro Interior, chegando quase a 72% da área total do PROF. Os usos “Matos e Pastagens” são dominantes correspondendo 49,3% da área total. A “Floresta” constitui a classe seguinte de uso do solo com maior área, correspondendo a 22,7% da área total. A “Agricultura” é a terceira maior classe de uso do solo.
- A análise do período 1995-2010 mostra-nos que os usos agrícola, florestal e improdutivo do solo têm variações negativas de área com perdas de 10,8%, 16,5% e 20,9%, respetivamente, em relação aos valores apresentados em 1995. Já as classes de uso “Matos e Pastagens”, “Urbano” e “Águas interiores e zonas húmidas” apresentam variações positivas de área entre 1995-2010 de, respetivamente, 18,1%, 35,4% e 17,3%. Em relação aos usos agrícolas e florestais a variação negativa de área observada no período 1995-2010 também se verifica nos períodos 1995-2005 e 2005-2010, embora a variação anual seja maior no período 2005-2010.
- A diminuição líquida de áreas florestais e agrícolas entre 1995 e 2010 (-70970 ha) deve-se essencialmente à conversão para a classe de uso “Matos e Pastagens” (+75948 ha), tendência semelhante à verificada para a generalidade do território nacional. O aumento anual de área nesta classe é maior no período 2005-2010.
- Antes dos incêndios de 2017, a espécie florestal dominante era o pinheiro-bravo (91625 ha), embora a variação em área, em relação à área de 1995, seja negativa (-27%). Esta diminuição de área de pinheiro-bravo acompanha o observado a nível nacional (-27%). A conversão de área é maioritariamente para “Matos e Pastagens” (39,5%).
- O eucalipto e o sobreiro são as espécies florestais com segunda e terceira maior representatividade. A variação em área de eucalipto entre 1995-2010 foi ligeiramente negativa (-5%) contrariando a



variação nacional (+13%) observada no mesmo período. Também nesta espécie a conversão de área é maioritariamente para “Matos e Pastagens” (18,1%). Já a variação em área de sobreiro foi positiva (+17%) não acompanhando a estabilização de área no período 1995-2010 observada a nível nacional. O aumento de área em 1995-2010 (3552 ha) corresponde essencialmente à conversão de 1,5% de área da classe de uso “Matos e Pastagens”.

- O principal produto proveniente da floresta na região Centro Interior é, na situação atual, a madeira, quer seja para pasta ou para serração. A produtividade do pinheiro bravo varia na região entre 6 e 12 m³ ha⁻¹ ano⁻¹. No caso do eucalipto, as produtividades situam-se maioritariamente no intervalo entre os 7 e os 22 m³ ha⁻¹ ano, podendo ser atingidas produtividades superiores em alguns locais.
- O PIB da região do PROF Centro Interior representa, nos últimos cinco anos da análise, cerca de 2,2% do PIB nacional. Quanto ao VAB, a importância relativa da região face ao Continente é de cerca de 1,3%, no ano de 2012. Este tem mostrado uma evolução positiva na região até ao ano de 2010, a partir do qual se denota um decréscimo. Este decréscimo, que também se verifica a nível nacional, conjuga-se com os anos de crise vividos em Portugal.
- A população residente teve, desde o censo da população de 1991, uma evolução decrescente, tanto em termos absolutos como em termos percentuais relativamente ao Continente, o que ilustra o problema da desertificação do interior do país. Este decréscimo é generalizado a todos os municípios, com a exceção de Castelo Branco, com uma população estável no último período considerado, ao contrário da última década do séc. XX em que ainda teve um crescimento de 2,6%. Em conjunto com o município da Guarda, com o menor decréscimo de entre os restantes, permitem reforçar a ideia da deslocação da população das zonas mais rurais para os centros urbanos das respetivas regiões.
- Em termos de emprego, a região PROF tem representado sempre cerca de 2% do emprego total nacional. Do período em análise, o emprego total na região teve uma subida até ao ano de 2008 a partir do qual começou a decrescer, estando esta dinâmica de acordo com os valores nacionais.
- O emprego no setor florestal tem tido uma representatividade superior a 10% relativamente ao total nacional para o setor.
- A superfície com gestão pública representa 5,43% da superfície total da região, representando 5,95% dos espaços florestais. Na região PROF Centro Interior 94,57% da propriedade é privada ou comunitária com gestão não pública. As áreas sob gestão pública ou sujeitas a regime florestal representam 54635 ha, cerca de 24% da área de floresta da região.
- A média ponderada pelo número de explorações por concelho, da superfície por exploração das “matas e florestas sem culturas sob coberto” por concelho representa a média da superfície da exploração florestal na região PROF e é de 3,5 ha/exploração.
- Na região PROF Centro Interior existe cadastro geométrico da propriedade rústica nos concelhos de Vila Velha de Ródão, Castelo-Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor. Assim, 40,78% dos espaços florestais dispõem de cadastro geométrico da propriedade rústica na região PROF do Centro Interior. Quando concluído o projeto SINERGIC, o concelho de Seia passará a dispor de cadastro predial.

- O valor económico total da floresta foi estimado em 21×10^6 euros. Estes espaços florestais geram anualmente um valor económico total de cerca de 21 milhões de euros, correspondendo um valor 30 milhões de euros ao valor dos diversos tipos de floresta e um valor negativo de -9.7 milhões aos matos, valor esse associado aos incêndios. Os valores correspondentes aos vários tipos de floresta distribui-se do seguinte modo: 54% têm origem na floresta de produção lenhosa, 33% na floresta multifuncional e 14% na floresta de conservação.

Os objetivos para os recursos florestais da região PROF Centro Interior estão enquadrados pela Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), a qual tem como grande objetivo “a gestão sustentável das florestas, em linha com a nova Estratégia da União Europeia para as Florestas e o Setor Florestal e a Visão para as Florestas Europeias 2020, acordada na Conferência Ministerial de Oslo (2011). Tem subjacente a necessidade de desenvolvimento de um modelo para os territórios florestais nacionais, abordando as suas funções e vocações, tendo em vista o crescimento sustentável e a competitividade económica, metas sociais como a inclusão e o emprego, assim como o aumento da sua contribuição para as metas ambientais”.

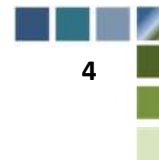
Enquanto conceito internacionalmente aceite, “a gestão florestal sustentável visa promover a utilização do espaço florestal de modo a assegurar a satisfação das necessidades atuais da sociedade em bens e serviços, sem comprometer a sua disponibilidade no futuro. Em concreto, a Resolução H2 da Conferência Ministerial de Helsínquia define a gestão florestal sustentável como «a gestão e a utilização das florestas e dos espaços arborizados de uma forma e intensidade tais, que mantenha a sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração, vitalidade e o seu potencial para desempenhar, no presente e no futuro, as funções ecológica, económica e social relevantes, aos níveis local, nacional e global, sem causar prejuízos aos outros ecossistemas.”

Em todo o texto da ENF se encontra a necessidade de promover a valorização dos espaços florestais, incluindo também as áreas de matos e pastagens, considerando a valorização que a sociedade atribui ao seu conjunto, de modo a maximizar o seu valor. Essa valorização deve ser efetuada de forma global considerando não só os valores de uso direto (comercial) dos produtos tradicionais da floresta como a madeira, a cortiça e a resina, como também outros menos vezes contabilizados. Estão nesta situação valores de uso direto referentes a produtos não lenhosos (mel, frutos, cogumelos, plantas aromáticas), ao pastoreio, à caça, à pesca nas águas interiores e a valores de uso indireto, como os referentes à proteção do solo e dos recursos hídricos, ao sequestro de carbono e à proteção da paisagem e da biodiversidade.

A ENF considera também que, para a sua operacionalização, “concorrem ações cuja responsabilidade extravasa a atuação da Administração Pública, à qual compete criar condições, nomeadamente pela disponibilização de apoios, desburocratização ou definição de enquadramento fiscal”.

A ENF avalia o valor total da floresta com base no conceito de Matriz Estruturante, a qual resume o peso de cada componente desse valor pelos diferentes sistemas florestais. Nesta matriz constam os termos positivos associados aos diversos valores de uso e às diferentes funções que as florestas desempenham, mas igualmente as externalidades negativas associadas às florestas e em particular as que resultam dos incêndios. Da análise desta matriz resultam evidentes as linhas de ação da Estratégia a desenvolver os quais dão origem aos seguintes objetivos estratégicos da ENF:

- A. Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- B. Especialização do território;



- C. Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
- D. Internacionalização e aumento do valor dos produtos;
- E. Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
- F. Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

A análise prospetiva que se segue procurou orientar-se por estes princípios expressos na ENF.

1.1 Análise Prospetiva

Tendo em mente os objetivos e a visão da ENF, definiram-se três cenários: um cenário de referência (“Business as usual” – BAU) e dois cenários de desenvolvimento florestal, os quais correspondem a um conjunto de medidas para uma melhoria da vitalidade dos espaços florestais, em particular medidas para a melhoria da gestão florestal, incluindo um aumento da produtividade em zonas dedicadas à produção de madeira, a uma gradual transformação de áreas de matos em espaços florestais ou pastagens e a um aumento da atividade cinegética, assim contribuindo para a diminuição da vulnerabilidade das florestas a agentes bióticos e abióticos. Estas medidas levarão a níveis crescentes de produção de bens diretos, sendo em qualquer deles garantida a manutenção ou aumento das restantes funções e serviços da floresta e dos ecossistemas florestais.

Os cenários de desenvolvimento florestal foram caracterizados com base num conjunto de variáveis selecionadas para caracterizar os espaços florestais, sendo de seguida feita uma análise do impacto de cada cenário climático sobre essas variáveis.

As variáveis selecionadas para caracterizar o impacto dos cenários no valor dos recursos florestais foram aquelas já anteriormente utilizadas no documento estratégico para a caracterização dos recursos florestais (capítulo B.2 Caracterização das áreas florestais, com ênfase no ponto B2.5 Produção de bens de uso direto ou indireto e recursos associados): área de cada espécie, oferta de madeira, resina, biomassa para energia, cortiça, frutos, cogumelos e plantas aromáticas/medicinais, atividades silvopastoril e apícola, atividade cinegética, pesca em águas interiores, sequestro de carbono. Foram acrescentadas algumas variáveis para caracterizar o valor da floresta para a proteção da natureza, da biodiversidade e de outros valores ambientais, assim como variáveis centradas nas funções socioeconómicas como o emprego verde. Foi ainda calculado o impacto de cada cenário no Valor económico total da floresta, considerando apenas a modificação daqueles recursos em que foi possível quantificar o impacto dos diferentes cenários considerados. Em relação a algumas das variáveis selecionadas foi possível traduzir quantitativamente o impacto do cenário, enquanto que em relação a outras das variáveis, apenas foi possível realizar uma análise qualitativa/narrativa.

Em cada cenário de desenvolvimento florestal foram identificadas as medidas que podem ser tomadas para a valorização dos recursos florestais: promoção do melhoramento da gestão florestal (otimização da idade de corte, conversão de povoamentos sub-lotados, reconversão de povoamentos de eucalipto em rotações



superiores à 3ª, etc.), promoção de gestão agrupada, (re)florestação e outras alterações de uso do solo, em particular a conversão de matos em sistemas florestais ou agro-florestais combinados com pastorícia ou cinegética, redução do impacto de incêndios e de pragas e doenças, promoção do uso de produtos florestais não-lenhosos não tradicionais (cogumelos e outros produtos alimentares, aromáticas), promoção e proteção da biodiversidade, proteção da natureza e dos recursos hídricos, combate à desertificação, mitigação e adaptação às alterações climáticas. As medidas em avançado estado de concretização no âmbito da recente “Reforma da Floresta”, (por exemplo o não aumento da área de eucalipto a nível nacional) foram consideradas em qualquer dos 3 cenários.

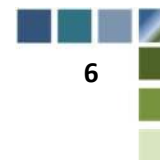
1.1.1 Caracterização dos cenários climáticos

É considerada hoje em dia inevitabilidade das alterações climáticas. Usando a ENF (2015), descreve-se a situação geral. O clima e os padrões climáticos mundiais estão em mudança com consequências ao nível económico, social e ambiental. Apesar da dificuldade em prever os impactos do efeito de estufa a uma escala regional e da incerteza ainda associada aos modelos, todas as projeções analisadas pelo *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) convergem nas projeções de aquecimento terrestre, acumulando-se evidência de que estes efeitos vão ser sentidos fortemente. Análises regionalizadas indicam uma vulnerabilidade especial para a região mediterrânica que resultam da conjugação de, por um lado, impactos potenciais mais severos e, por outro, de uma menor capacidade de adaptação. Em Portugal estas alterações climáticas irão fazer-se notar em diversos parâmetros, nomeadamente, aumento da temperatura, diminuição da precipitação e humidade relativa, variação da intensidade dos ventos, aumento da radiação solar e aumento da frequência e intensidade dos eventos extremos.

O aumento da temperatura irá verificar-se ao nível do aumento da temperatura média e da temperatura máxima no verão, no incremento do número de dias quentes (máxima superior a 35 °C), de noites tropicais (mínimas superiores a 20 °C) e da frequência e intensidade das ondas de calor. Por outro lado, diminuirão os dias de geada ou dias com temperaturas mínimas inferiores a 0 °C. No que se refere à precipitação, a incerteza do clima futuro é substancialmente maior. Todavia, quase todos os modelos preveem redução da precipitação e da humidade relativa em Portugal Continental durante a primavera, verão e outono, com as maiores perdas a ocorrerem nas regiões do sul. Uma das características importantes das alterações climáticas previstas e observadas é a do aumento de frequência dos fenómenos extremos (cheias, tempestades, secas e ondas de calor). Estes fenómenos têm vindo a aumentar, conduzindo a prejuízos económicos significativos.

A situação na região PROF - Centro Interior em termos de caracterização climática e análise das tendências futuras está caracterizada no Capítulo B do Documento Estratégico.

Neste contexto, é importante analisar, em cada cenário de desenvolvimento florestal, o impacto de possíveis alterações climáticas. Para tal, utilizaram-se dois dos cenários climáticos RCP, o RCP4.5, mais moderado, e o RCP 8.5, com uma alteração mais intensa (descrição dos cenários RCP pode ser analisada por exemplo, em http://sedac.ipcc-data.org/ddc/ar5_scenario_process/RCPs.html). Cada um destes cenários foi caracterizado com base no *dataset* do modelo KNMI-RACMO, que já havia sido utilizado no desenvolvimento dos modelos de predição do índice de qualidade da estação conforme Capítulo B do Documento Estratégico). KNMI é o nome do instituto que desenvolveu o modelo: "Royal Netherlands Meteorological Institute" e o RACMO é o nome do modelo que significa "Regional Atmospheric Climate Model". Soares *et al.* (2012, 2015, 2016)



analisaram os dados climáticos do EURO-CORDEX, produzidos por vários modelos e concluíram que o modelo KNMI RACMO era o que se comportava melhor para Portugal.

Estes dados estão disponíveis, com periodicidade mensal e diária, para uma grelha de pontos de aproximadamente 12 kmX12 km e para 3 cenários climáticos: um atual e dois futuros, RCP4.5 e RCP8.5, correspondendo a diferentes “níveis” de alteração climática. Para o clima atual utilizaram-se os dados climáticos já usados no desenvolvimento dos modelos de produtividade potencial, ou seja, os dados mensais e diários da série histórica de dados foram trabalhados de forma a obter médias de 30 anos (1971-2000) para o conjunto de variáveis climáticas. Foi feito o mesmo tratamento com os dados dos cenários RCP4.5 e RCP8.5, mas utilizando períodos de 30 anos centrados em 2030 (2016-2045) e 2050 (2036-2065).

As Figura 1 e a Figura 2 mostram os valores médios das temperaturas (média, máxima e mínima) e das precipitações anuais (total e por estações do ano) para os cenários climáticos e horizontes temporais considerados, ilustrando aquilo que foi dito atrás: nos próximos anos prevê-se um aumento da temperatura e um decréscimo da precipitação, os quais afetarão seguramente a aptidão e produtividade das espécies florestais.

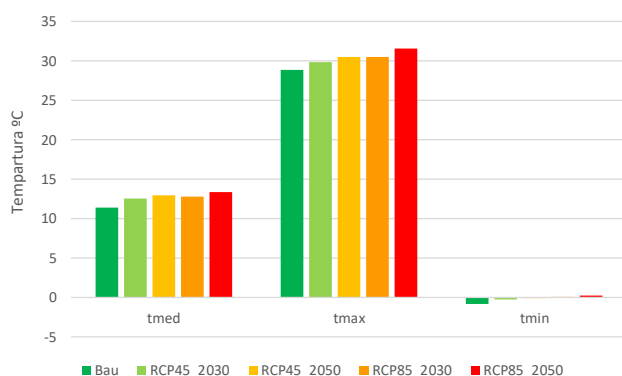


Figura 1 - Comparação das temperaturas média, média das mínimas e média das máximas para os diferentes cenários climáticos e horizontes temporais considerados (média das "pseudo-estações climáticas" coincidentes com o PROF - Centro Interior)

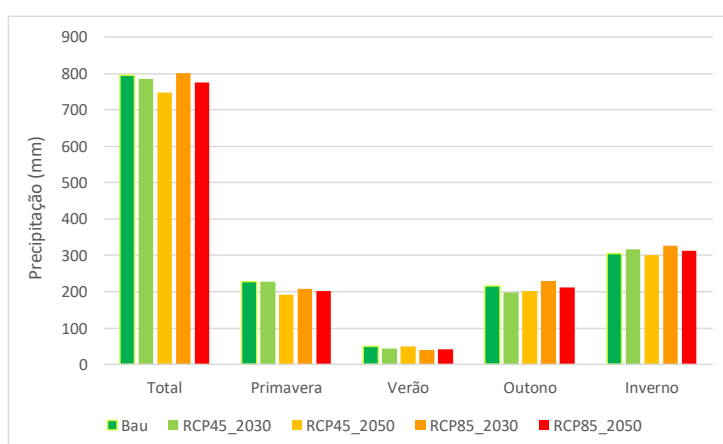


Figura 2 - Comparação dos valores médios anuais das precipitações total e por estação do ano para os diferentes cenários climáticos e horizontes temporais considerados (média das "pseudo-estações climáticas" coincidentes com o PROF - Centro Interior)

1.1.2 Caracterização dos cenários de desenvolvimento florestal

A Tabela 1 descreve os cenários de desenvolvimento florestal considerando as diversas forças motrizes e medidas que foram consideradas relevantes para a evolução dos recursos florestais da região PROF - Centro Interior.

No caso das alterações de área das espécies (novas plantações e conversão de espécie ou de uso do solo) as áreas propostas estão enquadradas na ENF, com as devidas adaptações para a região do PROF Centro Interior.

No cenário de desenvolvimento florestal intenso (DFi) propõem-se para 2050 as áreas que se consideraram como a meta a atingir (ver Capítulo H) e para o cenário de desenvolvimento florestal moderado (DFm) um valor igual a metade dessas áreas. Estas áreas só entrarão em produção após 2050 pelo que não terão impacto nos produtos provenientes da floresta até 2050, mas são relevantes para a estimativa de impacto destas novas áreas no valor potencial de recursos e, portanto, no valor Total da Floresta.

Tabela 1 - Caraterização dos cenários de desenvolvimento florestal

FORÇAS MOTRIZES	MEDIDAS DE AÇÃO	ESPÉCIE	CENÁRIO		
			BAU	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL MODERADO (DFm)	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL INTENSO (DFi)
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	EVOLUÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA	Pinheiro bravo	Manutenção da situação redução de 40% em 59% dos povoamentos	Melhoria da situação 40% de redução em 40% dos povoamentos	Melhoria da situação 20% de redução em 15% e 40% em 25% dos povoamentos
		Eucalipto	Manutenção da situação redução de 40% em 31% dos povoamentos	Melhoria da situação 40% de redução em 25% dos povoamentos	Melhoria da situação 20% de redução em 15% e 40% em 10% dos povoamentos
		Sobreiro	Manutenção da situação Redução de 30% em 40% dos povoamentos por má gestão	Melhoria da situação 30% de redução em 30% dos povoamentos	Melhoria da situação 30% em 15% dos povoamentos
		Outras espécies	Manutenção da situação	Melhoria da situação Avaliação qualitativa	Melhoria da situação Avaliação qualitativa
		Adensamento de povoamentos	Manutenção da situação Redução de 30% por % coberto inferior a 35% (usada nas Tabelas de produção)	Redução de 25% por % coberto inferior a 35% (usada nas Tabelas de produção)	Redução de 20% por % coberto inferior a 35% (usada nas Tabelas de produção)
		Diminuição de área			
		Pinheiro-bravo	Manutenção da área atual	-3699 ha ⁻¹ até 2050	-7372 ha ⁻¹ até 2050
		Eucalipto	Manutenção da área atual	-983 ha ⁻¹ até 2050	-2424 ha ⁻¹ até 2050
		Acácias	Manutenção da área atual	irradicação até 2050	irradicação até 2050
		Plantação de novas áreas em substituição de pinheiro-bravo, eucalipto ou áreas de mato ¹			
		Sobreiro	Manutenção da área atual	1693 ha ⁻¹ até 2050	3393 ha ⁻¹ até 2050
		Azinheira	Manutenção da área atual	896 ha ⁻¹ até 2050	1796 ha ⁻¹ até 2050
		Pinheiro manso	Manutenção da área atual	Manutenção da área atual	Manutenção da área atual
		Carvalhos	Manutenção da área atual	2548 ha ⁻¹ até 2050	5098 ha ⁻¹ até 2050

Tabela 1 - Caracterização dos cenários de desenvolvimento florestal

FORÇAS MOTRIZES	MEDIDAS DE AÇÃO	ESPÉCIE	CENÁRIO		
			BAU	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL MODERADO (DFm)	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL INTENSO (DFi)
		Castanheiro	Manutenção da área atual	799 ha ⁻¹ até 2050	1599 ha ⁻¹ até 2050
		Outras folhosas	Manutenção da área atual	3136 ha ⁻¹ até 2050	6276 ha ⁻¹ até 2050
		Medronheiro	Manutenção da área atual	Aproveitamento em 4000 ha ⁻¹ até 2050	Aproveitamento em 8000 ha ⁻¹ até 2050
	Implementação de medidas para combate a pragas e doenças	Pinheiro bravo	Manutenção da situação Redução de 30% na produção em 30% da área devido a problemas sanitários	Melhoria da situação Redução de 30% na produção em 15% da área devido a problemas sanitários	Melhoria da situação Redução de 30% na produção em 10% da área e de 15% em 5% da área devido a problemas sanitários
		Eucalipto	Manutenção da situação Redução de 5% na produção em 5% da área devido a <i>Phoracantha</i>	Manutenção da situação Redução de 5% na produção em 5% da área devido a <i>Phoracantha</i>	Manutenção da situação Redução de 5% na produção em 5% da área devido a <i>Phoracantha</i>
		Sobreiro	Manutenção da situação Redução de 30% na produção em 30% da área devido a problemas sanitários	Melhoria da situação Redução de 30% na produção em 15% da área devido a problemas sanitários	Melhoria da situação 15% em 15% da área devido a problemas sanitários
		Azinheira	Manutenção da situação	Melhoria da situação Avaliação qualitativa	Melhoria da situação Avaliação qualitativa
		Pinheiro manso	Manutenção da situação	Melhoria da situação Avaliação qualitativa	Melhoria da situação Avaliação qualitativa
		Outras espécies	Manutenção da situação	Melhoria da situação Avaliação qualitativa	Melhoria da situação Avaliação qualitativa
	Implementação de medidas para prevenção-combate a incêndios	Pinheiro bravo	Manutenção/agravamento da situação	Melhoria da situação Redução da área média ardida em 25%	Melhoria da situação Redução da área média ardida em 50%
		Eucalipto	Manutenção/agravamento da situação	Melhoria da situação Redução da área média ardida em 25%	Melhoria da situação Redução da área média ardida em 50%
		Sobreiro	Manutenção/agravamento da situação	Melhoria da situação Redução da área média ardida em 25%	Melhoria da situação Redução da área média ardida em 50%
		Azinheira	Manutenção/agravamento da situação	Melhoria da situação Avaliação qualitativa	Melhoria da situação Avaliação qualitativa
		Pinheiro manso	Manutenção/agravamento da situação	Melhoria da situação Avaliação qualitativa	Melhoria da situação Avaliação qualitativa
		Outras espécies	Manutenção/agravamento da situação	Melhoria da situação Avaliação qualitativa	Melhoria da situação Avaliação qualitativa
	Medidas para promover a gestão conjunta	Todas as espécies	Manutenção da situação	Melhoria da situação Avaliação qualitativa	Melhoria da situação Avaliação qualitativa
	Promoção de medidas para a	Pinheiro bravo	Manutenção da situação	Pode ter grande impacto na melhoria	Pode ter grande impacto na melhoria

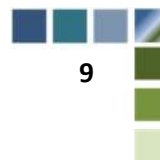


Tabela 1 - Caraterização dos cenários de desenvolvimento florestal

FORÇAS MOTRIZES	MEDIDAS DE AÇÃO	ESPÉCIE	CENÁRIO		
			BAU	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL MODERADO (DFm)	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL INTENSO (DFi)
	valorização dos serviços do ecossistema			da gestão e na plantação de novos povoamentos	da gestão e na plantação de novos povoamentos
		Eucalipto	Manutenção da situação	Impacto positivo na gestão	Impacto positivo na gestão
		Sobreiro	Manutenção da situação	Pode ter grande impacto na melhoria da gestão e na plantação de novos povoamentos	Pode ter grande impacto na melhoria da gestão e na plantação de novos povoamentos
		Azinheira	Manutenção da situação	Pode ter grande impacto na melhoria da gestão e na plantação de novos povoamentos	Pode ter grande impacto na melhoria da gestão e na plantação de novos povoamentos
		Pinheiro manso	Manutenção da situação	Pode ter grande impacto na melhoria da gestão e na plantação de novos povoamentos	Pode ter grande impacto na melhoria da gestão e na plantação de novos povoamentos
		Outras espécies	Manutenção da situação	Pode ter grande impacto na melhoria da gestão e na plantação de novos povoamentos	Pode ter grande impacto na melhoria da gestão e na plantação de novos povoamentos
	Aumento da produtividade cinegética	Todas	Manutenção da situação	Fomento generalizado das populações de cervídeos, coelho-bravo e perdiz-vermelha, com ações de gestão do habitat impacto moderado na gestão de combustível e na biodiversidade. Atividade apoiada no quadro de um Plano de Gestão de Combustível.	Aumento da produtividade cinegética em todas as SRH e articulação da caça como atividade enquadrada num destino de turismo de natureza. Elevado impacto na gestão de combustível e no dispositivo de prevenção-combate nos espaços florestais. Elevado impacto na biodiversidade. Atividade apoiada no quadro de um Plano de Gestão de Combustível.
	Fomento da silvopastorícia		Manutenção da situação	Atividade apoiada no quadro de um Plano de Gestão de Combustível.	A silvopastorícia é uma componente chave da gestão da generalidade dos espaços florestais da região PROF,

Tabela 1 - Caraterização dos cenários de desenvolvimento florestal

FORÇAS MOTRIZES	MEDIDAS DE AÇÃO	ESPÉCIE	CENÁRIO		
			BAU	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL MODERADO (DFm)	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL INTENSO (DFi)
				ZIF, EGFe UGF desenvolvem ativamente esta atividade, levando a um aumento da área de pastagens	levando a um aumento da área de pastagens de 19765 ha.
	Aumento da utilização turística dos espaços florestais	Todas	Manutenção da situação	ZIFs e EGF desenvolvem ativamente esta atividade	ZIFs e EGF desenvolvem ativamente esta atividade
	Fomento da produção de plantas aromáticas e medicinais	Todas	Manutenção da situação	ZIFs, EGF e UGF desenvolvem ativamente esta atividade	ZIFs e EGF desenvolvem ativamente esta atividade
	Fomento da produção de cogumelos	Todas	Manutenção da situação	ZIFs e EGF desenvolvem ativamente esta atividade	ZIFs e EGF desenvolvem ativamente esta atividade

1.1.3 Impacto dos cenários climáticos na aptidão produtiva das principais espécies florestais

À semelhança da metodologia utilizada na análise da aptidão produtiva das espécies florestais utilizada no Capítulo B do Documento Estratégico, também aqui se optou por usar duas metodologias - método preditivo e método fitossociológico - na análise que se fez do impacto das alterações climáticas na aptidão produtiva das principais espécies florestais. No método preditivo o impacto das alterações climáticas na aptidão produtiva das espécies florestais foi analisado com base em modelos de predição do índice de qualidade da estação, semelhantes aos desenvolvidos no documento estratégico. Os modelos já utilizados no Capítulo B do Documento Estratégico, foram desenvolvidos de forma a terem a melhor capacidade para estimar o índice de qualidade da estação no momento presente e incluem, portanto, bastantes variáveis independentes. Quando utilizados num cenário de alteração climática as relações entre as variáveis independentes alteram-se e é, portanto, preferível utilizar modelos mais simples.

A utilização destes modelos para cada um dos fotopontos com os dados climáticos dos cenários RCP4.5 e RCP8.5 para os dois períodos de 30 anos considerados levou às distribuições dos valores de índice de qualidade da estação que se encontram na Figura 3 e na Figura 4, respetivamente para o eucalipto e sobreiro. Estas figuras representam o potencial dos povoamentos nesse período, ou seja, um povoamento que cresça com o clima previsto para esse período será de esperar que tenha esse valor de índice de qualidade da estação. Como se pode ver, o impacto é bastante relevante, com uma deslocação acentuada para índices de qualidade da estação inferiores para os cenários de alteração climáticas, em particular para o eucalipto e para o cenário climático RCP8.5. Salienta-se o facto de que esta avaliação do impacto das alterações climáticas é apenas indicativa, visto ser baseada em modelos estatísticos e no conceito de índice de qualidade da estação. Um estudo mais preciso implicaria a utilização de modelos de base fisiológica, mas tal estudo sairia fora do âmbito do presente relatório. A metodologia utilizada permite, contudo, obter informação bastante útil para a análise prospetiva.

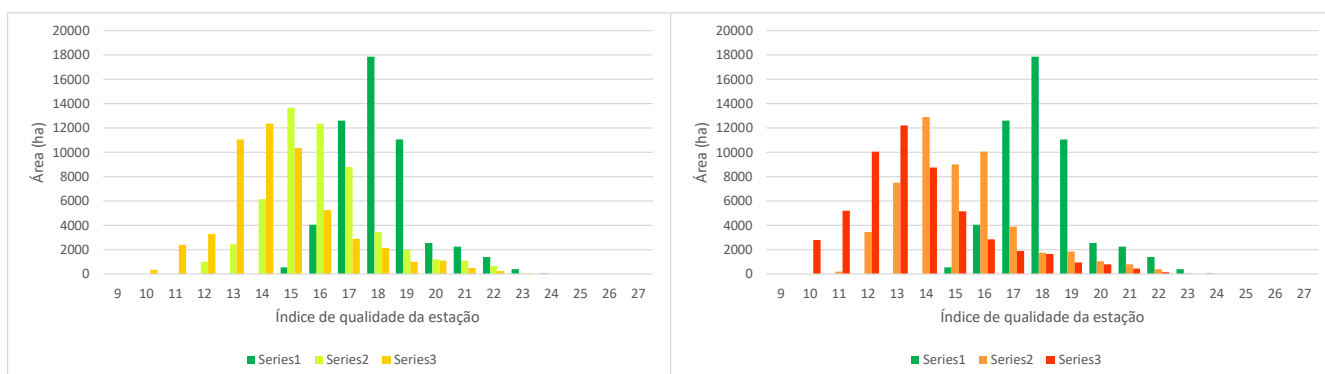


Figura 3 - Distribuição dos valores de índice de qualidade da estação nos fotopontos com presença de eucalipto, comparando os cenários climáticos Bau, RCP4.5 e RCP8.5, estes últimos em dois horizontes temporais, 2030 e 2050

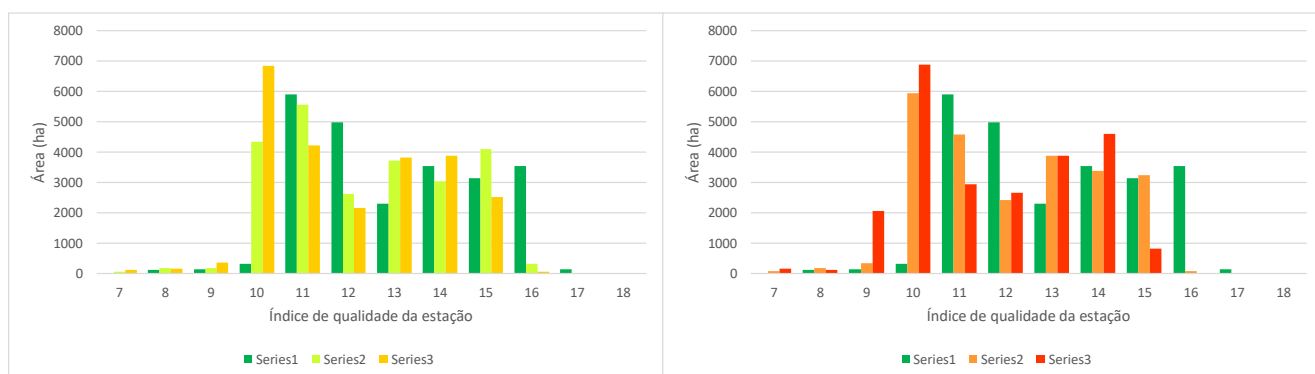


Figura 4 - Distribuição dos valores de índice de qualidade da estação nos fotopontos com presença de sobreiro, comparando os cenários climáticos Bau, RCP4.5 e RCP8.5, estes últimos em dois horizontes temporais, 2030 e 2050

O impacto das alterações climáticas das restantes espécies foi baseado no método fitossociológico de acordo com a metodologia descrita no Anexo 1.

A inferência da aptidão em cenários de evolução climática, de acordo com os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5, foi realizada assumindo o pressuposto de que a aptidão das espécies florestais acompanhará linearmente a alteração climática. A cartografia foi feita com base no mesmo modelo geobotânico, alterado de modo a incorporar a evolução climática prevista. O resultado, está ilustrado nas figuras 5 a 39.

Os cenários de alterações climáticas devem ser considerados com prudência dada a incerteza que comportam; esta incerteza não se refere à existência de mudança climática ou às tendências gerais dessa mudança, contudo a espacialização da aptidão produtiva com base nos cenários de alterações climáticas deve ser vista como uma tendência, cuja sub-regionalização está no limite do que os dados disponíveis permitem tratar.



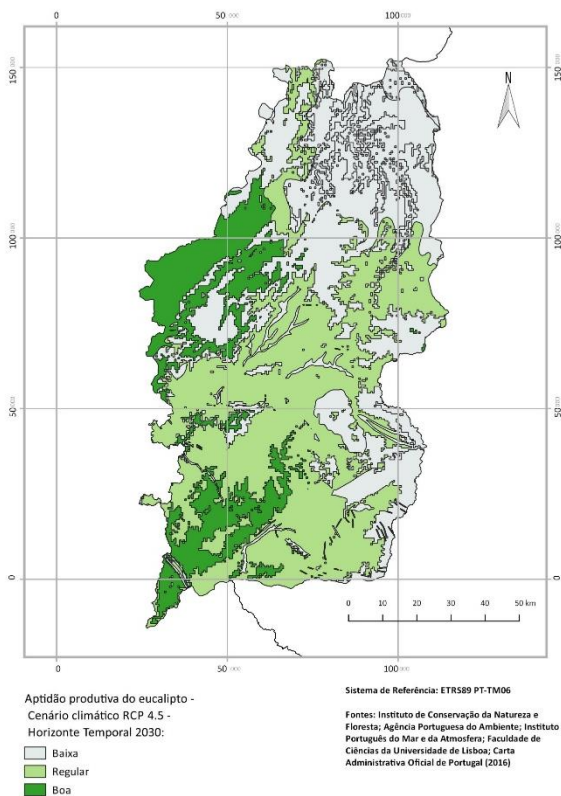


Figura 6 – Aptidão produtiva do eucalipto (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2030)

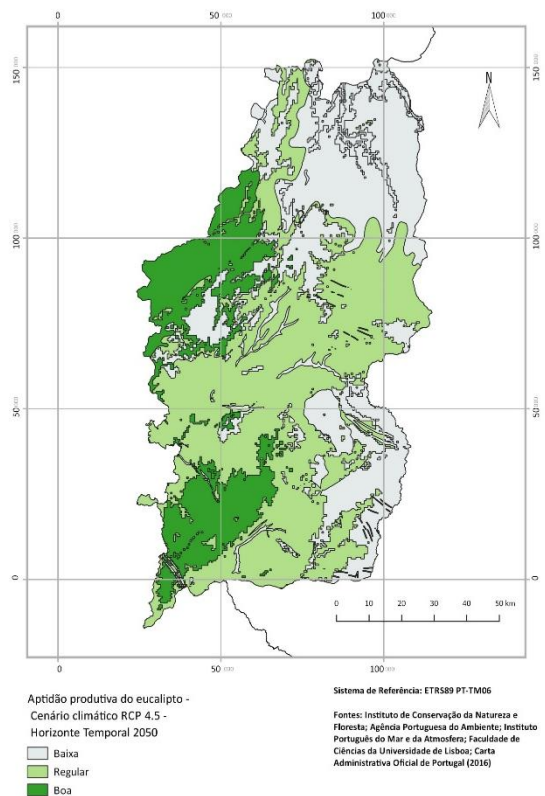


Figura 7 – Aptidão produtiva do eucalipto (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2050)

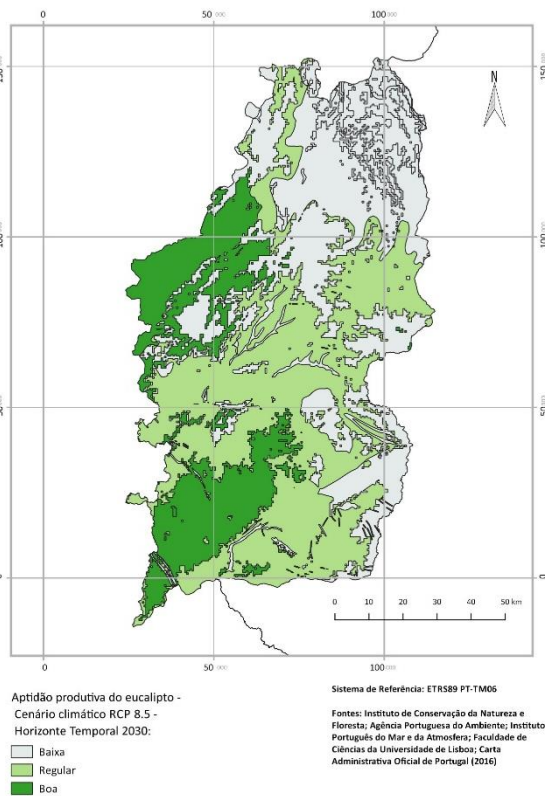


Figura 8 – Aptidão produtiva do eucalipto (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2030)

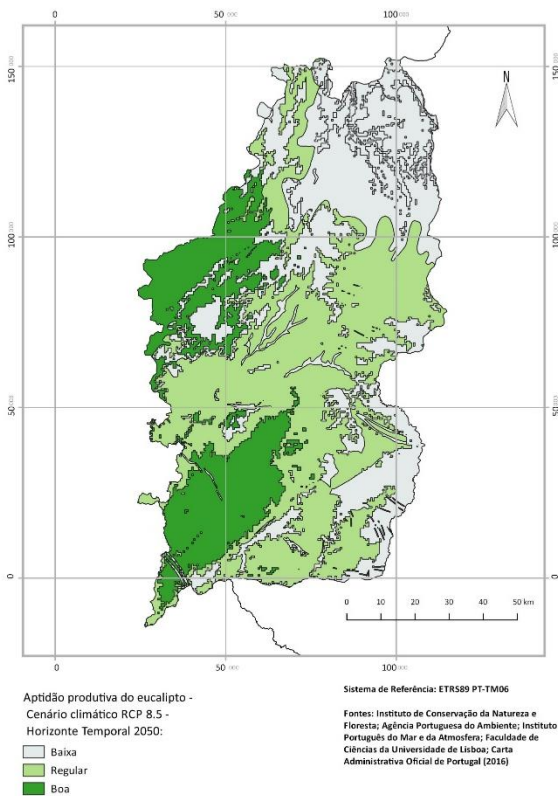


Figura 9 – Aptidão produtiva do eucalipto (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2050)

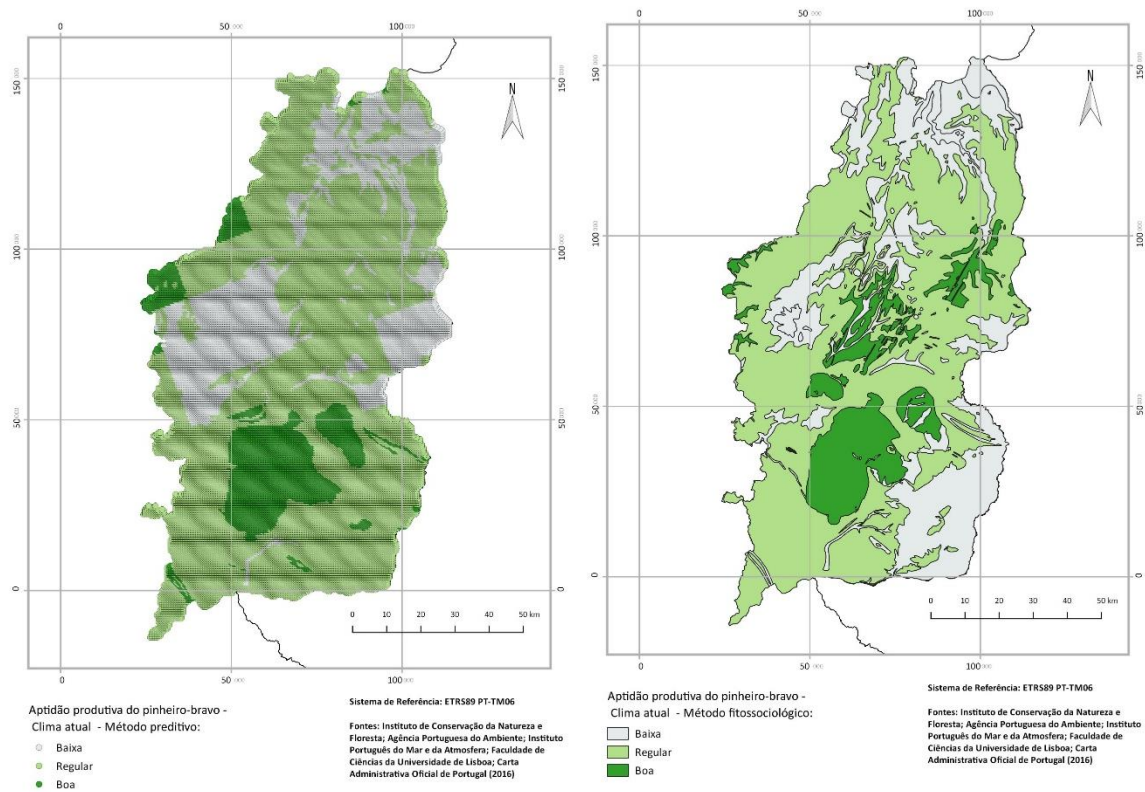


Figura 10 – Aptidão produtiva do pinheiro bravo (Clima atual)

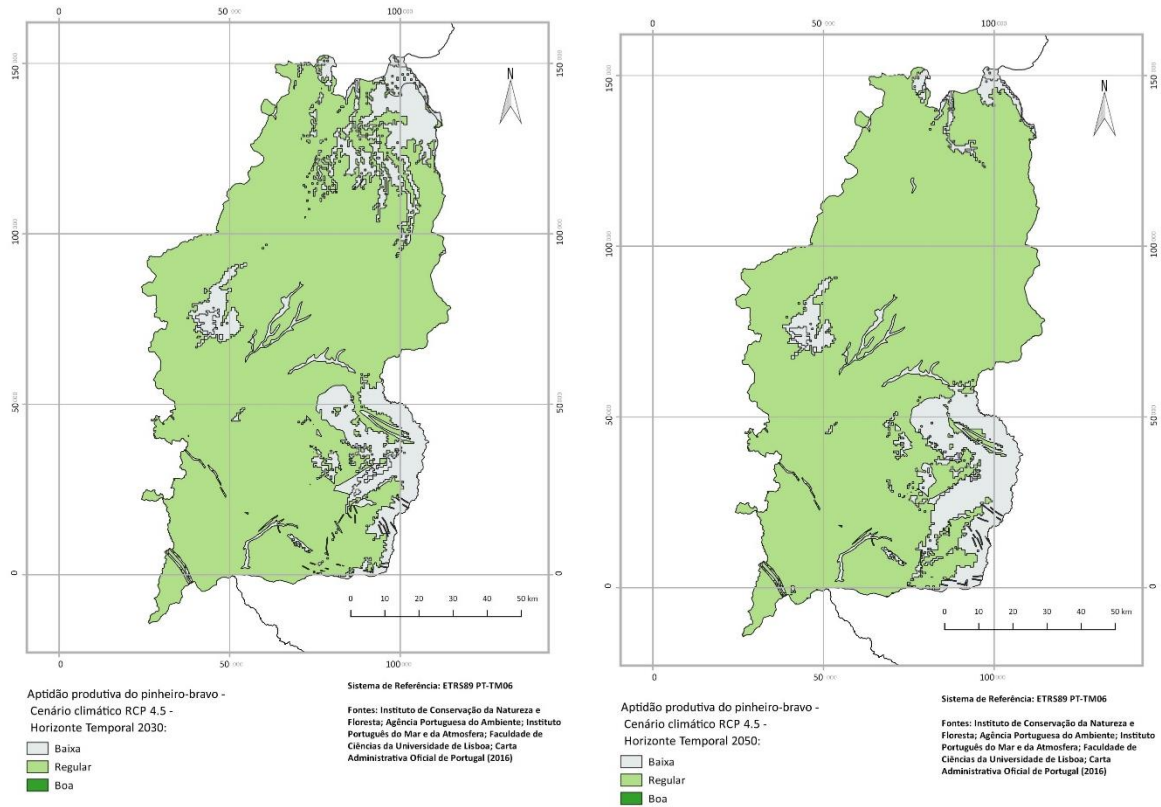
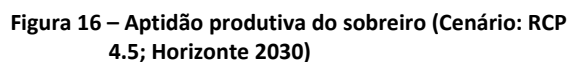


Figura 11 – Aptidão produtiva do pinheiro bravo (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2030)

Figura 12 – Aptidão produtiva do pinheiro bravo (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2050)



PROF CENTRO INTERIOR | DOCUMENTO ESTRATÉGICO

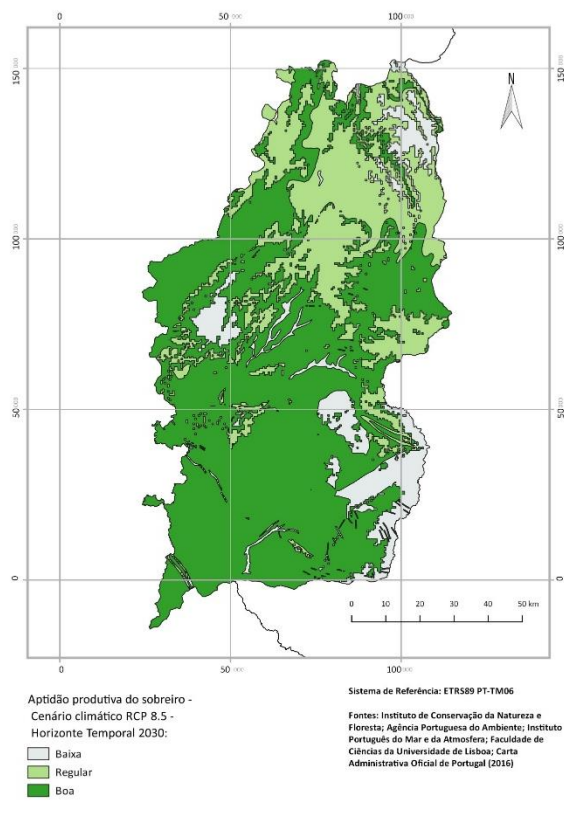


Figura 18 – Aptidão produtiva do sobreiro (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2030)

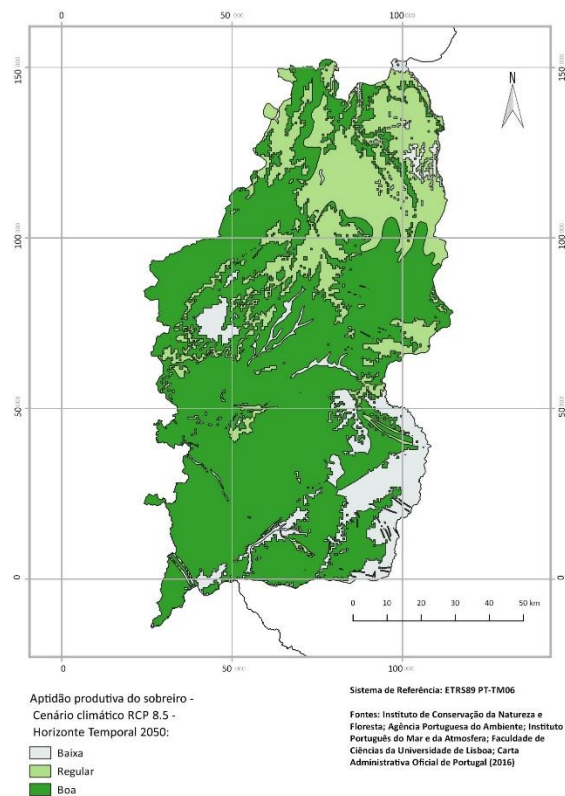
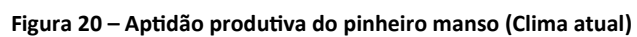
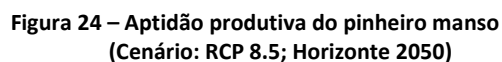
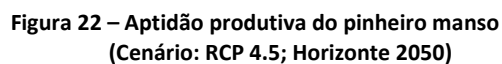
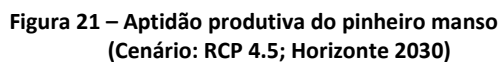


Figura 19 – Aptidão produtiva do sobreiro (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2050)







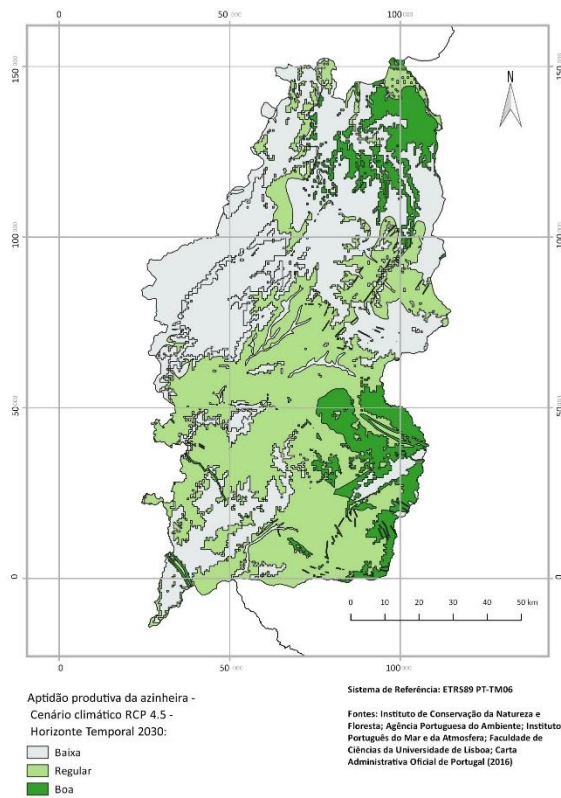


Figura 26 – Aptidão produtiva da azinheira (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2030)

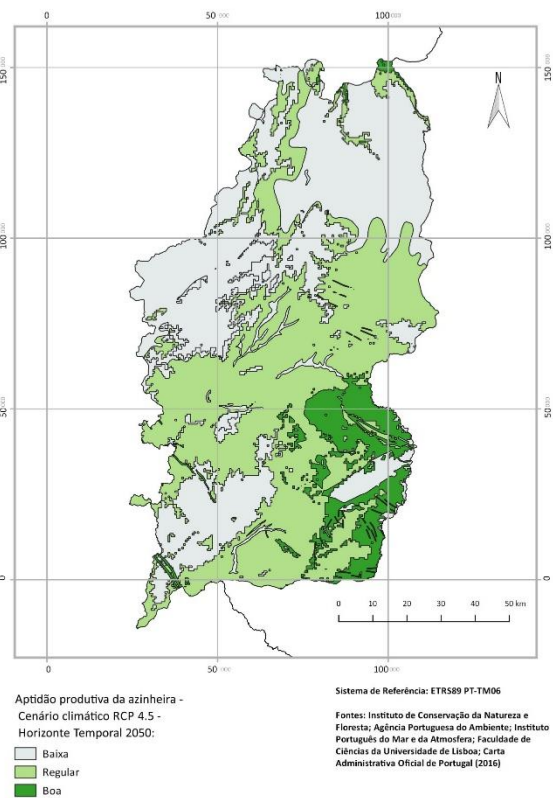


Figura 27 – Aptidão produtiva da azinheira (Cenário: RCP 4.5; Horizonte 2050)

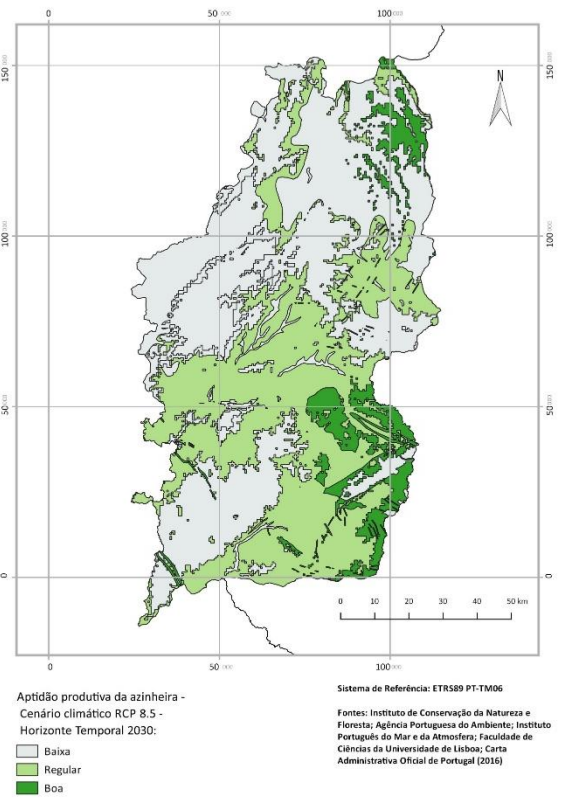


Figura 28 – Aptidão produtiva da azinheira (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2030)

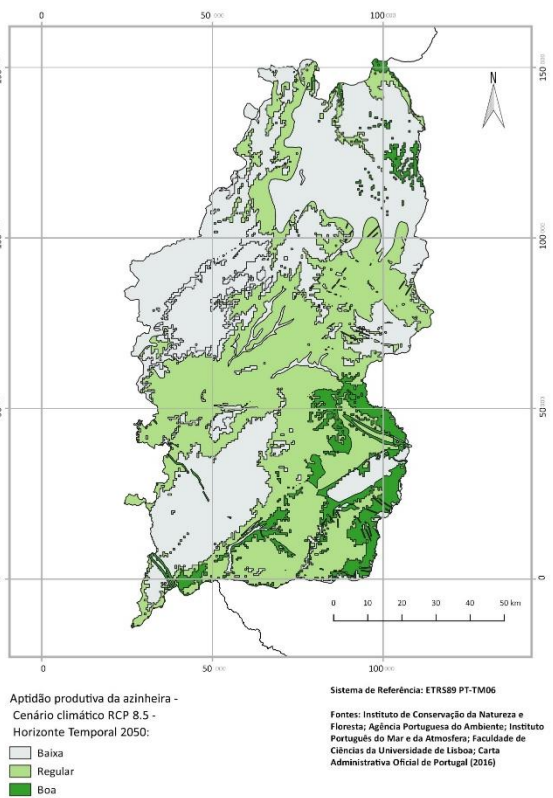


Figura 29 – Aptidão produtiva da azinheira (Cenário: RCP 8.5; Horizonte 2050)

1.1.4 Impacto dos cenários de desenvolvimento florestal e dos cenários climáticos no setor florestal

Com base na metodologia utilizada no -Capítulo B do Documento Estratégico (explicada no Anexo 7 do mesmo documento), foi possível quantificar o impacto dos cenários de desenvolvimento florestal em algumas das variáveis selecionadas nos recursos florestais da região. Em relação às outras variáveis foi feita uma avaliação qualitativa do impacto de cada força motriz no setor florestal da região.

No caso do aumento da área das espécies foi estudado o seu impacto na produtividade potencial futura, ou seja, em cada ano analisou-se a quantidade de bens e serviços com base numa floresta “normal”, ou seja, com igual área de todas as classes de idade.

1.1.4.1 Dinâmica externas e internas associadas aos cenários considerados

Para além dos elementos de caracterização desenvolvidos no Capítulo B do presente documento estratégico e da avaliação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, associadas a essa análise, os **cenários de desenvolvimento florestal aqui apresentados** pressupõem um conjunto de dinâmicas externas. Essas dinâmicas estão, por um lado, explicita ou implicitamente consideradas na ENF e, por outro lado, na concretização da *Reforma da Floresta* em curso à data da elaboração do presente relatório. Os cenários consideram também a possibilidade de desenvolvimento de políticas públicas na área dos serviços dos ecossistemas e de adaptação de outras políticas (e.g política cinegética), com o intuito de se atingir uma expressão mais perfeita das suas virtualidades no âmbito da DFCI e da biodiversidade.

Os cenários consideram ainda as dinâmicas internas aos sistemas florestais decorrentes das características e ação dos atores a eles associados ao nível da produção e da gestão de espaços florestais.

Assim considera-se na análise as seguintes matérias e respetiva legislação reguladora:

- a) Regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal;
- b) Regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização;
- c) Regime de criação das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)
- d) Regime jurídico de reconhecimento das entidades e das unidades de gestão florestal (EGF, UGF);
- e) Regime jurídico para novas centrais de biomassa;
- f) Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios e alterações estruturais na prevenção e combate a incêndios florestais;
- g) Programa Nacional de Fogo Controlado;
- h) Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI);
- i) Sistema de informação cadastral simplificada

As alterações induzidas pela *Reforma da Floresta* promovem, pelo menos em parte, algumas das componentes dos cenários de Desenvolvimento Florestal considerados, sendo indutores de uma dinâmica externa geradora de **Oportunidades** aos atores que concretizam a evolução da floresta na região PROF - Centro Interior.

O enquadramento da *Reforma da Floresta*, cria condições de contexto facilitadoras do investimento e da gestão florestal. Contudo, importa considerar na construção dos cenários que o investimento em arborização e em beneficiação de espécies florestais outras que não o eucalipto, se encontra, em grande medida, dependente de apoio público, o que constitui uma **Fraqueza** da generalidade dos sistemas florestais da região que não são economicamente competitivos. A dependência é variável com as espécies e com as condições objetivas de cada investimento, mas verifica-se que a não existência de apoio público em dimensão e intensidade adequadas constitui uma **Ameaça** à concretização dos cenários de desenvolvimento florestal.

Um aprofundamento da Reforma da Floresta em curso poderia eventualmente vir a incidir na temática dos serviços dos ecossistemas, encontrando um modo técnica e economicamente viável de internalizar esses benefícios na economia das explorações florestais, em particular no âmbito da conservação da água, da conservação do solo, no sequestro de carbono e na conservação da biodiversidade. Esta reforma consistiria numa mudança estrutural na gestão dos espaços florestais gerando **Oportunidades** ao desenvolvimento florestal. Simetricamente, a não consideração desta reforma constitui uma **Ameaça** ao desenvolvimento florestal, uma vez que muito dificilmente se encontrarão condições de remuneração da gestão da maior parte das atividades florestais que se prevê venham a ser realizadas, sem que esta componente possa ser internalizada.

Os cenários devem considerar a transição para uma nova política de DFCI da qual se podem antever os contornos essenciais na Resolução do Conselho de Ministros n.º 157 – A/2017, inclui o desenvolvimento de um Plano Nacional de Gestão de Combustíveis: *“Criar o Plano Nacional de Gestão de Combustíveis, numa perspetiva multinível e integrada, dando concretização ao Plano Nacional do Fogo Controlado, atribuindo tarefas no âmbito estrutural às estruturas operacionais profissionais e promovendo também o apoio à cinegética e à pastorícia, passando da escala do mosaico à escala da paisagem, avançando de forma determinada para a abertura e manutenção de toda a Rede Primária de DCIR e para o coroamento das aldeias, promovendo a valorização da matéria prima resultante da gestão correta do território, mantendo-se os equilíbrios ecológicos, nomeadamente através de um melhor aproveitamento da biomassa para queima, compostagem ou biorrefinarias.”*

Um Plano de Gestão de Combustíveis aplicado à região PROF - Centro Interior gera **Oportunidades** de valorização de atividades cujo desenvolvimento tem impacte potencial na gestão de combustíveis, como a caça ou a silvopastorícia, que assim poderão vir a conhecer uma nova dinâmica no horizonte do PROF.

O turismo no Centro Interior assenta numa dinâmica de diversificação de atividades, que contrabalança a lógica dos territórios litorais. Os espaços florestais qualificados ambientalmente tenderão a ser mais utilizados turisticamente o que gera **Oportunidades** de valorização na gestão desses espaços para a sua adaptação à atividade turística.

A região PROF - Centro Interior tem uma dinâmica associativa forte, na área florestal, do desenvolvimento local e da cinegética, o que constitui uma **Força** quando considerados os cenários de desenvolvimento florestal. Para além das ZIF já existentes, a facilitação promovida pela alteração do regime respetivo e da criação da figura das EGF e das UGF constitui uma **Oportunidade** para reforçar a gestão conjunta das áreas florestais. As associações de desenvolvimento local têm agido desde há várias décadas no sentido da diversificação das atividades florestais. As entidades gestoras

de zonas de caça, mormente as associações de caçadores, são, desde há décadas, das mais ativas e concretizadoras do país.

Como é indicado e detalhado no capítulo G do documento estratégico existem na região PROF, à data da sua elaboração, treze associações florestais e três empresas gestoras de ZIF, bem como outras organizações de produtores florestais que, não gerindo ZIF, são também relevantes para a dinâmica florestal da região.

O elevado dinamismo dos atores individualmente considerado e as múltiplas formas de integração associativa atrás mencionadas, não são por vezes suficientes para atingir uma capacidade de articulação efetiva entre os diversos atores na gestão dos espaços florestais e na obtenção de resultados económicos e ambientais dessa mesma gestão, o que constitui uma **Fraqueza**, a considerar na análise dos cenários de desenvolvimento florestal, no sentido de reforçar as sinergias entre estas associações entre si e com a Administração aos níveis central, regional e local.

Apesar de a região PROF - Centro Interior ter uma fração importante (40,8%) com cadastro da propriedade rústica, também aqui se verifica uma **Fraqueza** relativa à fração dos espaços florestais que ainda não dispõem de cadastro e uma oportunidade caso o sistema de informação cadastral simplificado possa vir a ser aplicado na região.

O declínio das quercíneas, em particular o sobreiro e a azinheira, é uma **Ameaça** na região PROF - Centro Interior como de outras regiões do país, da bacia do mediterrâneo. Esta é uma situação identificada há décadas, mas que necessita de uma dinâmica de investigação científica que possa gerar uma **Oportunidade** de solução do problema.

A Tabela 2 resume para cada Medida de Ação prevista as dinâmicas externas e internas a que mais diretamente se encontrarão associadas.

1.1.4.2 Resumo dos aspetos chave das dinâmicas associadas aos cenários

O cenário BAU e os dois cenários de desenvolvimento florestal são afetados pela mesma **Fraqueza** estrutural associada à baixa competitividade das atividades florestais (com exceção da produção de eucalipto), tanto mais acentuada quanto menor a aptidão produtiva específica dos terrenos onde se desenvolverem.

A variação da aptidão produtiva para o eucalipto em função do clima (alterações climáticas) tenderá a diminuir a dimensão das zonas com boa aptidão produtiva. Esta afirmação decorre essencialmente dos resultados da análise pelo método preditivo (ver Figura 3), sendo que o método fitossociológico decorre uma evolução de melhoria da aptidão produtiva.

No caso do pinheiro-bravo a análise por ambos os métodos indica uma diminuição da aptidão produtiva em resposta às alterações climáticas.

A expansão de superfície de povoamentos florestais incidirá sobre espécies com a melhor aptidão produtiva, sem limitações técnicas e legais à sua expansão e com potenciais efeitos sinérgicos positivos na DFCI e na conservação da biodiversidade. O sobreiro encontra no Centro Interior

territórios alargados de boa aptidão produtiva, com tendência para aumentar mesmo no contexto das alterações climáticas, sendo também suscetíveis de melhorias de gestão que aumentem a produtividade. Contudo, não se considera que essas melhorias, por si só, permitam que a generalidade dos investimentos possa prescindir de apoio público ou que a gestão possa prescindir de alguma forma de internalização de benefícios ambientais decorrentes da atividade.

O pagamento dos serviços dos ecossistemas é um requisito para que os cenários de desenvolvimento florestal possam ser concretizados na plenitude.

O apoio público ao investimento em arborização ou em beneficiação de povoamentos existentes, é também importante para que os cenários de desenvolvimento florestal possam ser concretizados na plenitude.

A não gestão dos povoamentos e sistemas florestais redundará na manutenção e aumento de matagais não geridos com uma tendência de manutenção ou mesmo aumento da perigosidade dos incêndios.

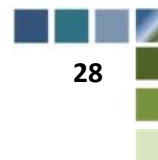
Um modelo eficaz de DFCI passa por sistemas florestais que atribuam resiliência ao território e isso pressupõe que cada um desses sistemas inclua modos eficientes de gerir o combustível que lhe está associado.

No cenário BAU e nos dois cenários de desenvolvimento florestal, os problemas fitossanitários em geral e em particular o declínio das quercíneas são uma **Ameaça** que pode limitar fortemente a concretização.

Tabela 2 – Dinâmicas externas e internas às explorações florestais que concretizam as diferenças entre o cenário BAU e os dois cenários de Desenvolvimento Florestal

MEDIDA	DINÂMICA EXTERNA	DINÂMICA INTERNA
Melhoramento da gestão dos povoamentos existentes	Necessidade de apoio público no horizonte do Programa para apoiar a arborização das espécies a privilegiar, nomeadamente do Grupo I, em cada sub-região homogênea.	Extensão florestal Ação das ZIF e outras EGFs
Adensamentos	Necessidade de apoio público no horizonte do Programa para apoiar a arborização das espécies a privilegiar, nomeadamente do Grupo I,, em cada sub-região homogênea.	Extensão florestal Ação das ZIF e outras EGFs
Plantação de novas áreas	Necessidade de apoio público no horizonte do Programa para apoiar a arborização das espécies a privilegiar, nomeadamente do Grupo I,, em cada sub-região homogênea.	Extensão florestal Ação das ZIF e outras EGFs
Combate a pragas e doenças	Necessidade de uma abordagem eficaz do tema do declínio das quercíneas, apoiada em resultados científicos sólidos.	Ação das ZIF e outras EGFs na recolha de dados fitossanitários, integradas em programas específicos. Extensão florestal

MEDIDA	DINÂMICA EXTERNA	DINÂMICA INTERNA
Prevenção combate a incêndios	Necessidade de uma política eficaz de gestão de combustíveis nos espaços florestais, através de uma compensação económica (e.g pagamento, isenção fiscal) associado à remoção de combustível, cumprindo metas de remoção a estabelecer por sub-região homogénea.	Ativação das Organizações do Setor da Caça para o desenvolvimento cinegético que integrem a prevenção do risco de incêndio. Dinamização da silvopastorícia no quadro das ZIF. Formação profissional. Partilha de recursos técnicos entre entidades gestoras.
Promover a gestão conjunta	Reforço das ZIF, EGF e UGF.	Novos projetos de gestão conjunta de base associativa ou empresarial. Extensão florestal focada na divulgação de novos métodos de gestão realmente conjunta. Aumento da superfície de ZIFs EGF e UGF.. Partilha de recursos técnicos entre
Valorização dos serviços do ecossistema	Necessidade de uma política de internalização dos benefícios ambientais da floresta, adequadamente calibrada para ser eficaz na promoção da gestão dos espaços florestais.	Avaliação dos serviços dos ecossistemas à escala adequada para cada tipologia, englobando múltiplas explorações e gestores (e.g bacia de uma albufeira de águas públicas). Promoção dos serviços dos ecossistemas.
Aumento da produtividade cinegética	Necessidade de uma política que enquadre um aumento de produtividade cinegética (em volume e em valor), apoiando os impactes positivos e demonstrados do ordenamento cinegético na gestão de combustíveis, na integração num dispositivo eficaz de prevenção-combate e no fomento da biodiversidade.	Partilha de recursos técnicos entre ZIF e outras formas de gestão conjunta e os gestores cinegéticos. Planificação à escala da paisagem no quadro da cooperação entre múltiplos atores.
Promoção da silvopastorícia	Necessidade de uma política que enquadre e fomenta a silvopastorícia apoiando os seus impactes positivos e demonstrados na gestão de combustíveis, na integração num dispositivo eficaz de prevenção-combate e	Dinamização da atividade a partir das ZIF e outras formas de gestão conjunta.



Para os vários cenários foram estimadas as produções esperadas de bens (madeira, cortiça, cogumelos, frutos, plantas aromáticas) e serviços e calculado o correspondente Valor Total da Floresta, de acordo com a metodologia utilizada no Capítulo B, do Documento Estratégico (explicada no Anexo 7 do mesmo documento). Os resultados desta análise encontram-se nas tabelas constantes do **Anexo 2** e mostram a importância que a concretização das medidas propostas tem para o desenvolvimento do setor florestal.

Considerando a estimativa do Valor Total da Floresta (VTF), para o cenário de referência (BAU) obtém-se um VTF de 17 10⁶ euros, valor que não parece ser muito influenciado pelas alterações climáticas mesmo para o cenário climático RCP8.5, o mais intenso.

De acordo com as estimativas obtidas, a adoção das medidas propostas para o cenário de desenvolvimento florestal DF_i, mesmo com o pior cenário climático, levaria a um VTF de 50 10⁶ euros, sendo, portanto, a sua implementação muito importante. O maior impacto neste acréscimo do VTF deve-se à diminuição das externalidades negativas atribuídas aos incêndios florestais, mas também ao aumento de produtividade das principais espécies florestais.

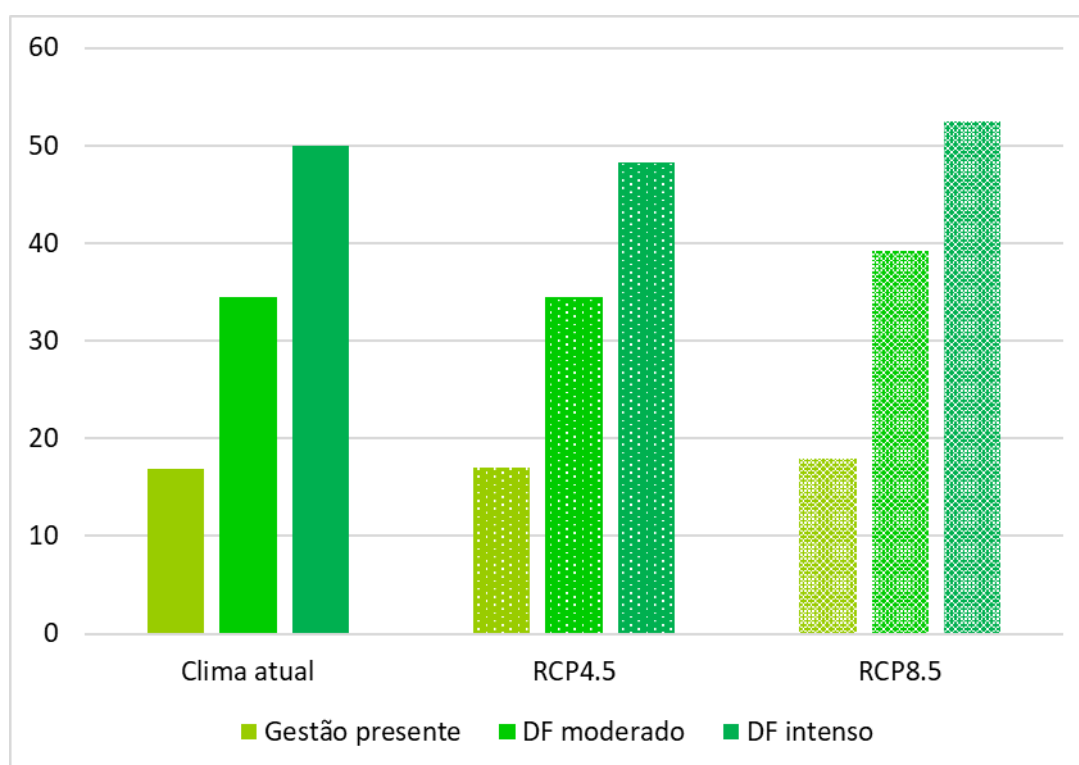
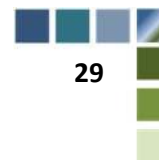


Figura 30 - Impacto dos cenários de desenvolvimento florestal (DF) e das alterações climáticas no Valor Total da Floresta em 2050 para a região PROF Centro Interior



1.1.5 Análise SWOT dos cenários

Para cada um dos cenários considerados foram analisadas as Forças (S), Fraquezas (W), Oportunidades (O) e Ameaças (T). O resumo da análise é apresentado nas Figura 31 a Figura 33.

Considerou-se na definição de ambiente interno do setor florestal da região as componentes biofísicas estruturais e as condições associadas à condição ou atitude dos atores. Na análise SWOT o ambiente interno é aquele suscetível de ser controlado por ações da “organização” (neste caso o setor florestal constituído pelas explorações e seus atores) e por dados estruturais conhecidos (neste caso de caracterização biofísica).

No ambiente externo ocorrem as variações económicas e sociais gerais, as ações de outros setores (e.g turismo) com implicação direta ou indireta no setor florestal, as condicionantes políticas e administrativas e a sua mudança, bem como as mudanças não controláveis da componente biofísica, das quais as mais importantes estão associadas às alterações climáticas.

Pretende-se com a análise verificar como será possível ativar as “Forças x Oportunidades”, para obter o efeito de desenvolvimento pretendido e para mitigar as “Fraquezas x Ameaças”, num contexto de ação que tenda a diminuir as fraquezas (ação no ambiente interno). Por exemplo, a falta de competitividade dos sistemas de produção florestal será uma **Fraqueza** dificilmente anulável, existindo, contudo, condições internas para a mitigar através de melhorias na gestão. Contudo, uma política de valorização dos serviços dos ecossistemas pode gerar uma **Oportunidade** de diminuição dessa fraqueza e, continuamente estabilizada no tempo, a prestação remunerada de serviços dos ecossistemas constituir-se como uma **Força** do modelo de desenvolvimento florestal.

Os cenários de Desenvolvimento Florestal considerados variam em relação ao BAU na intensidade das dinâmicas externas e internas que resultam no desenvolvimento florestal.

Com efeito, considera-se que uma das principais fraquezas a mitigar é a baixa competitividade económica dos sistemas florestais e uma das suas principais forças é a boa aptidão produtiva de espécies que, simultaneamente, estão associadas a serviços dos ecossistemas em áreas da Rede Natura 2000, em bacias de albufeiras de águas públicas e em zonas de elevada qualidade paisagística.

As principais ameaças estão associadas à insuficiência de investimento e gestão, ao aumento da perigosidade dos incêndios e às ameaças fitossanitárias, mormente o declínio das quercíneas.

Sendo as áreas florestais essencialmente privadas, na região, a chave do desenvolvimento florestal são políticas públicas incentivadoras da ação dos proprietários, algumas das quais já se encontram aprovadas e em implementação, em articulação eficaz entre os atores do setor florestal regional para operacionalizar os objetivos de desenvolvimento florestal.

Resumo dos aspetos chaves das dinâmicas associadas aos cenários

No quadro da análise SWOT reitera-se e resume-se o enquadramento geral, já atrás indicado, relativo ao impacto dos cenários climáticos e das dinâmicas associadas aos cenários de desenvolvimento florestal:

- 1) Esperam-se perdas na aptidão produtiva do eucalipto, em particular quando considerado o método preditivo, na avaliação dos impactos das alterações climáticas.

- 2) Esperam-se perdas na aptidão produtiva do pinheiro-bravo, de forma generalizada no território da região PROF.
- 3) Espera-se um aumento de áreas com boa aptidão produtiva para o sobreiro afetando a generalidade das SRH com exceção das SRH Raia Sul e Tejo Internacional, onde existe tendência para a diminuição da aptidão produtiva. Esta circunstância será considerada na estratégia de desenvolvimento florestal desta espécie.
- 4) As áreas com boa aptidão produtiva para a azinheira, tenderão a aumentar nas SRH Raia Sul e Raia Norte.
- 5) As tendências mencionadas em 1) a 4) apontam para a necessidade de um aumento na representação de sistemas não prioritariamente assentes na produção lenhosa.
- 6) O cenário BAU e os dois cenários de desenvolvimento florestal são afetados pela mesma **Fraqueza** estrutural associada à baixa competitividade das atividades florestais (com exceção da produção de eucalipto), tanto mais acentuada quanto menor a aptidão produtiva específica dos terrenos onde se desenvolverem.
- 7) A expansão de superfície de povoamentos florestais incidirá sobre espécies com a melhor aptidão produtiva, sem limitações técnicas e legais à sua expansão e com potenciais efeitos sinérgicos positivos na DFCI e na conservação da biodiversidade. O sobreiro, a azinheira, a alfarrobeira, o pinheiro manso e o medronheiro são espécies que encontram no Centro Interior territórios alargados de boa aptidão produtiva, sendo também suscetíveis de melhorias de gestão que aumentem a produtividade. Contudo, não se considera que essas melhorias, por si só, permitam que a generalidade dos investimentos possa prescindir de apoio público ou que a gestão possa prescindir de alguma forma de internalização de benefícios ambientais decorrentes da atividade.
- 8) O apoio público ao investimento em arborização ou em beneficiação de povoamentos existentes, é um requisito importante para que os cenários de desenvolvimento florestal possam ser concretizados na plenitude.
- 9) O pagamento dos serviços dos ecossistemas é também um requisito importante para que os cenários de desenvolvimento florestal possam ser concretizados na plenitude
- 10) A não gestão dos povoamentos e sistemas florestais redundará na manutenção e aumento de matagais não geridos com uma tendência de manutenção ou mesmo aumento da perigosidade dos incêndios.
- 11) Um modelo eficaz de DFCI passa por sistemas florestais que atribuam resiliência ao território e isso pressupõe que cada um desses sistemas inclua modos eficientes de gerir o combustível que lhe está associado.
- 12) No cenário BAU e nos dois cenários de desenvolvimento florestal, os problemas fitossanitários em geral e em particular o declínio das quercíneas são uma **Ameaça** que pode limitar fortemente a concretização.

1.1.5.1 “Business as usual”



Figura 31 - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças no cenário “Business as Usual” – BAU

1.1.5.2 Desenvolvimento Florestal m



Figura 32 – Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças no cenário “Desenvolvimento Florestal m” DFm

1.1.5.3 Desenvolvimento Florestal i

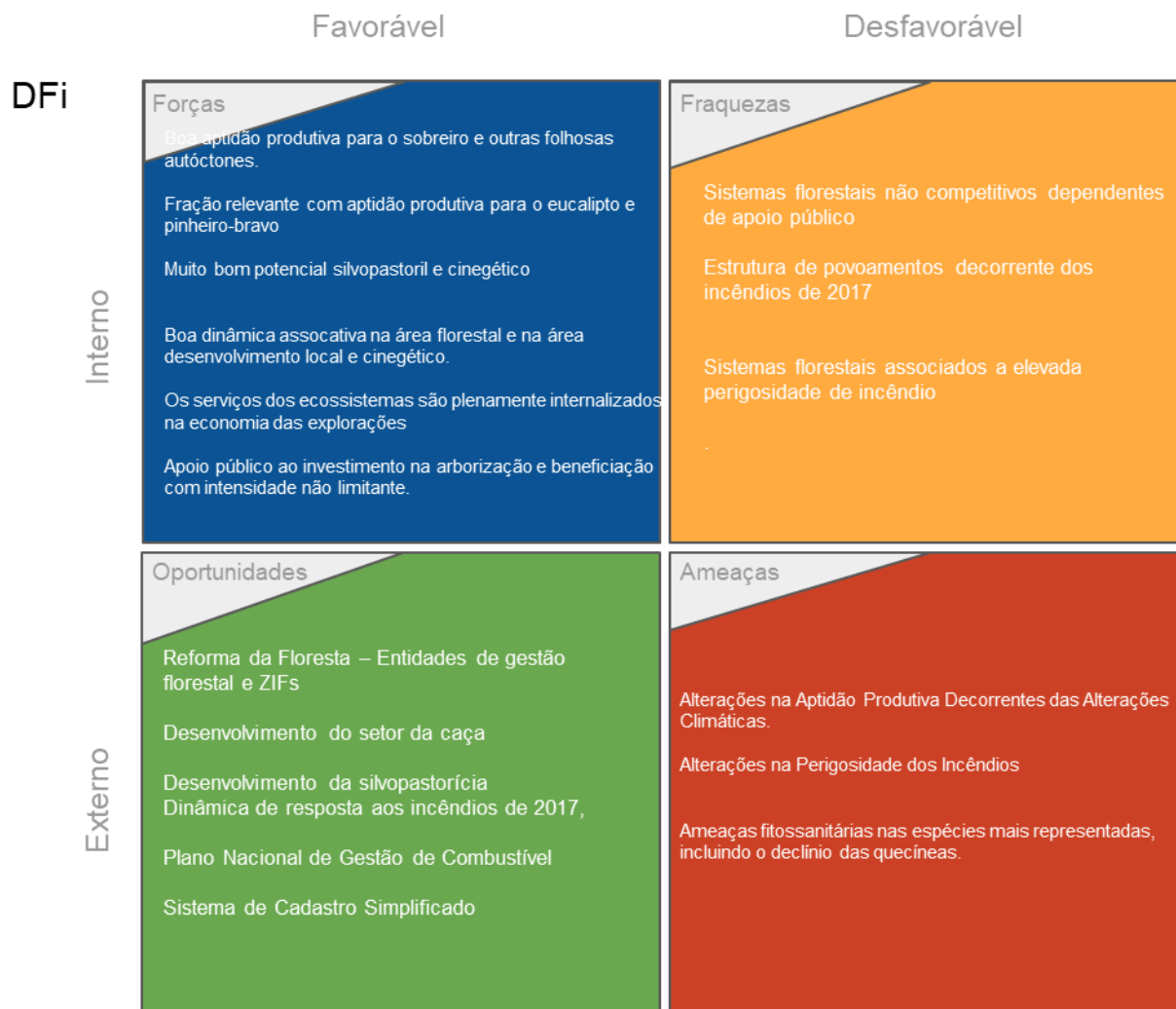
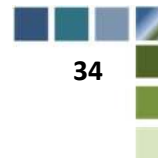


Figura 33 – Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças no cenário “Desenvolvimento Florestal i” DFi



2 OBJETIVOS, MEDIDAS E AÇÕES

2.1 Objetivos gerais

Tendo em atenção os objetivos da ENF e o cenário de Desenvolvimento Florestal DFii, definem-se dez objetivos gerais para a região PROF - Centro Interior que enquadram os objetivos específicos em cada SRH. Estes objetivos gerais são modulados na sua forma de expressão e intensidade específicas pelas funções principais definidas para cada uma das SRH e pela situação de referência analisada nos Capítulos B e C do presente documento estratégico.

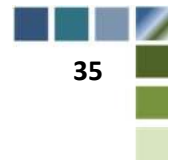
Os objetivos gerais apresentam um elevado grau de inter-relação, sendo amplamente sinérgicos entre si. Em cada SRH os objetivos específicos são definidos de forma a ampliar as sinergias entre objetivos gerais. Os objetivos gerais têm aplicação em todas as SRH.

Na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, para cada SRH é indicada, através de uma simbologia de intensidade, a importância relativa de objetivos específicos definidos no âmbito do objetivo geral. Nos casos de objetivos associados a zonas classificadas e albufeiras de águas públicas são referidas especificamente as que justificam o objetivo específico em cada SRH. Na mesma **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, é indicada a sinergia de cada objetivo específico com outros objetivos gerais.

Apresentam-se também as orientações para o ordenamento florestal de cada uma das SRH que favorecem, concretizam e aplicam os objetivos gerais e específicos de ordenamento em cada SRH, devendo essas orientações ser consideradas e traduzidas através da atividade das diversas entidades com atribuições no ordenamento florestal, de acordo com o programa indicado no Capítulo G do presente Documento Estratégico.

Assim, na região PROF - Centro Interior e em cada uma das SRH pretende-se, através dos objetivos de ordenamento:

- 1) Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios;
- 2) Aumentar o rendimento potencial da exploração florestal;
- 3) Diminuir a perigosidade de incêndio florestal na componente associada ao ordenamento de cada SRH, tendo em conta a orientação da resposta Nacional aos incêndios de 2017 e as consequências desses incêndios em cada uma das SRH.
- 4) Contribuir para a conservação do solo e da água em geral e em particular para a conservação da água nas bacias das albufeiras de águas públicas;
- 5) Contribuir para a conservação da natureza e da biodiversidade, em particular para os objetivos de conservação das áreas classificadas;
- 6) Aumentar a superfície média das áreas de gestão florestal, aumentando a superfície sob gestão conjunta;
- 7) Promover sistemas de exploração florestal articulados com o ordenamento cinegético e silvopastoril



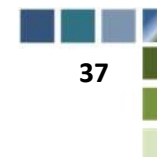
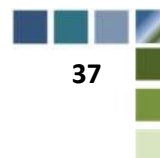
- 8) Promover o aproveitamento de outros recursos silvestres, no quadro dos sistemas de exploração florestal;
- 9) Promover a utilização turística dos espaços florestais.
- 10) Aumentar o apoio técnico aos proprietários gestores florestais, com base no desenvolvimento da extensão florestal.

2.2 Objetivos específicos por SRH

Tabela 3 - Medidas de Intervenção Comuns e Específicas por SRH

Legenda: AP – Aumentar o rendimento; **C&S** - Sistemas conjuntos com ordenamento cinegético e silvopastoril; **CB** - Conservação da biodiversidade; **CSA** - Conservação do solo e da água; **GC** - Gestão conjunta; **IF** -Diminuir a perigosidade de incêndio florestal; **PNL** - Mel, Plantas aromáticas e medicinais e cogumelos; **T** - Utilização turística; **+++ 1ª Prioridade; ++ 2ª Prioridade; + 3ª Prioridade**

	Objetivos Específicos	Sinergia com:	Alto Alva	Alto Mondego	Cova da beira	Douro e Coa	Estrela	Floresta do Interior	Gardunha	Malcata	Raia norte	Raia sul	Tejo Internacional	Torre
Aumento do rendimento potencial	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo	IF	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e sistemas de produção que mantenham no tempo as condições favoráveis de infiltração e escoamento e proporcionem a pedogénese	CSA	Alb Aguiçeira e Fronhas +++	Alb Aguiçeira +++	Alb, Cabril +++	Alb, Pocinho +++	Alb, Aguiçeira Fronhas; Bogueira; Açude da Raiva +++	Alb, Fratel; Marateca; Pracana +++	++	Alb, Meimoa; Sabugal +++	++	Alb, Marechal Carmona/ Idanha +++	Alb, Cedilho +++	Alb, Aguiçeira Fronhas; Bogueira; ; Açude da Raiva +++
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e ajustáveis aos objetivos de conservação da Rede Natura 2000	CB	PTCON0014; PTCON0027 +++	PTCON0014 +	PTCON0014 +	PTCON0022 PTZPE0038 PTZPE0039 +++	PTCO0014; PTCON0051 +++	+	PTCON0028 +++	PTCON0004 +++	PTCON0004 ++	++	PTZPE0042 ++	PTCO0014; PTCON0027 +++
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia	C&SP	+++	+++	+++	++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e suscetíveis de produção de cogumelos e plantas aromáticas e medicinais	PNL	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++

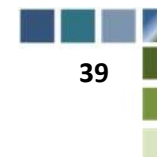
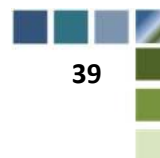


Legenda: **AP** – Aumentar o rendimento; **C&S** - Sistemas conjuntos com ordenamento cinegético e silvopastoril; **CB** - Conservação da biodiversidade; **CSA** - Conservação do solo e da água; **GC** - Gestão conjunta; **IF** -Diminuir a perigosidade de incêndio florestal; **PNL** - Mel, Plantas aromáticas e medicinais e cogumelos; **T** - Utilização turística; **+++ 1ª Prioridade; ++ 2ª Prioridade; + 3ª Prioridade**

	Objetivos Específicos	Sinergia com:	Alto Alva	Alto Mondego	Cova da beira	Douro e Coa	Estrela	Floresta do Interior	Gardunha	Malcata	Raia norte	Raia sul	Tejo Internacional	Torre
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva, valorizadoras da paisagem tradicional da SRH	T	+++	+++	+++	+++	+++	++	++	+++	++	++	++	+++
	Melhorar a gestão dos povoamentos existentes	GC & DP	Transversal a todas as sub-regiões homogéneas											
	Aproveitar o potencial da regeneração natural	GC	Transversal a todas as sub-regiões homogéneas											
Diminuir a Perigosidade de Incêndio Florestal	Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menor suscetibilidade ao fogo		+++	+++	+++	++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++
	Ajustar as prioridades de intervenção da DFCI ao valor dos espaços florestais para a conservação da natureza em particular as áreas classificadas	CB	PTCON0014; PTCON0027 +++	PTCON0014 +	PTCON0014 +	PTCON0022 PTZPE0038 PTZPE0039 +++	PTCO0014; PTCON0051 +++	+	PTCON0028 +++	PTCON0004 +++	PTCON0004 ++	PTZPE0004 2 +	PTZPE0042 ++	PTCO0014; PTCON0027 +++
	Ajustar o regime cinegético e silvopastoril à função de gestão de combustível	C&SP	+++	+++	+++	++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++
	Aplicar ao ordenamento orientações provenientes da resposta Nacional aos incêndios de 2017 (ver anexo ao capítulo B)		+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++
Conserva	Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais		+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++

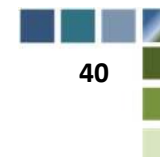
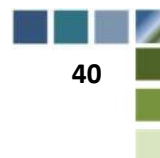
Legenda: AP – Aumentar o rendimento; C&S - Sistemas conjuntos com ordenamento cinegético e silvopastoril; CB - Conservação da biodiversidade; CSA - Conservação do solo e da água; GC - Gestão conjunta; IF -Diminuir a perigosidade de incêndio florestal; PNL - Mel, Plantas aromáticas e medicinais e cogumelos; T - Utilização turística; +++ 1ª Prioridade; ++ 2ª Prioridade; + 3ª Prioridade

	Objetivos Específicos	Sinergia com:	Alto Alva	Alto Mondego	Cova da beira	Douro e Coa	Estrela	Floresta do Interior	Gardunha	Malcata	Raia norte	Raia sul	Tejo Internacional	Torre
	Promover objetivos e avaliação da conservação do solo e da água aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta	GC	Alb Aguieira e Fronhas +++	Alb Aguieira +++	Alb,Cabril +++	Alb,Pocinho +++	+++	Alb,Fratel; Marateca; Pracana +++	++	Alb,Meimosa; Sabugal +++	++	Alb, Marechal Carmona/I danha +++	Alb, Cedilho +++	+++
Conservação da Biodiversidade	Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar		+++	++	++	+++	+++	++	+++	+++	++	+++	+++	+++
	Promover a diminuição do risco de destruição de habitats e espécies classificadas e destruição maciça de habitat	IF	PTCON0014; PTCON0027 +++	PTCON0014 +	PTCON0014 +	PTCON0022 PTZPE0038 PTZPE0039 +++	PTCO0014; PTCON0051 +++	++	PTCON0028 +++	PTCON0004 +++	PTCON0004 +++	PTZPE0042 +	PTZPE0042 ++	PTCO0014; PTCON0027 +++
	Promover objetivos e avaliação da conservação da biodiversidade aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta, incluindo Planos de Ação de espécies	GC	PTCON0014; PTCON0027 +++	PTCON0014 +	PTCON0014 +	PTCON0022 PTZPE0038 PTZPE0039 +++	PTCO0014; PTCON0051 +++	++	PTCON0028 +++	PTCON0004 +++	PTCON0004 +++	PTZPE0042 +	PTZPE0042 ++	PTCO0014; PTCON0027 +++
	Integrar a gestão cinegética e silvopastoril na gestão de habitats e espécies a conservar no âmbito dos sítios PTCON0004;PTCON0014;PTCON0022; PTCON0027;PTCON0028;PTCON0051;PTZPE0038	C&SP	PTCON0014; PTCON0027 +++	PTCON0014 +	PTCON0014 +	PTCON0022 PTZPE0038 PTZPE0039 +++	PTCO0014; PTCON0051 +++	+	PTCON0028 +++	PTCON0004 +++	PTCON0004 +++	PTZPE0042 +	PTZPE0042 ++	PTCO0014; PTCON0027 +++



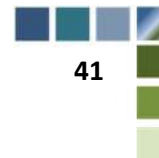
Legenda: AP – Aumentar o rendimento; C&S - Sistemas conjuntos com ordenamento cinegético e silvopastoril; CB - Conservação da biodiversidade; CSA - Conservação do solo e da água; GC - Gestão conjunta; IF -Diminuir a perigosidade de incêndio florestal; PNL - Mel, Plantas aromáticas e medicinais e cogumelos; T - Utilização turística; +++ 1ª Prioridade; ++ 2ª Prioridade; + 3ª Prioridade

	Objetivos Específicos	Sinergia com:	Alto Alva	Alto Mondego	Cova da beira	Douro e Coa	Estrela	Floresta do Interior	Gardunha	Malcata	Raia norte	Raia sul	Tejo Internacional	Torre
	PTZPE0039													
	Diminuir a ocupação por espécies exóticas invasoras (visando à erradicação)	IF	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++
	Fomentar/apoiar a gestão, incluindo a gestão conjunta	Transversal a todas as SRH												
Gestão Conjunta	Selecionar espécies e sistemas que permitam rendimento suficiente para uma gestão conjunta eficaz	AP	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++
	Integrar as metas de gestão de combustível nos PGF	IF	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++
	Integrar as metas de conservação do solo e da água nos PGF	CSA	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	++	+++	+++
	Integrar as metas de conservação da natureza nos PGF	CB	+++	+	+	+++	+++	+	+	+++	+	+	+++	+++
	Integrar a gestão da caça e a silvopastorícia no âmbito dos objetivos e medidas aplicáveis às áreas em gestão conjunta	C&SP	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++
	Promover áreas de utilização turística com gestão conjunta	T	+++	++	++	+++	+++	++	+	+++	+	++	+++	+++
	Aumentar a produtividade cinegética	Transversal a todas as SRH												
Sistemas	Integrar a exploração silvopastoril de pequenos ruminantes como um modo de gestão do combustível aplicável aos sistemas de produção florestal	IF	+++	+++	+++	+++	+++	++	+++	+++	+++	++	+++	+++



Legenda: **AP** – Aumentar o rendimento; **C&S** - Sistemas conjuntos com ordenamento cinegético e silvopastoril; **CB** - Conservação da biodiversidade; **CSA** - Conservação do solo e da água; **GC** - Gestão conjunta; **IF** -Diminuir a perigosidade de incêndio florestal; **PNL** - Mel, Plantas aromáticas e medicinais e cogumelos; **T** - Utilização turística; **+++ 1ª Prioridade; ++ 2ª Prioridade; + 3ª Prioridade**

	Objetivos Específicos	Sinergia com:	Alto Alva	Alto Mondego	Cova da beira	Douro e Coa	Estrela	Floresta do Interior	Gardunha	Malcata	Raia norte	Raia sul	Tejo Internacional	Torre
	Recuperar e valorizar a dimensão turística da caça	T	+++	+++	+++	+++	+++	++	+++	+++	+++	++	+++	+++
Apicultura, Plantas	Promover o aumento da micorrização orientada para a produção de cogumelos, promovendo a recolção nas áreas agrupadas	AP; GC	++	++	++	+++	++	+++	++	+++	+++	+++	+++	-
	Promover a apicultura nas áreas agrupadas	GC	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	
	Promover a produção de plantas aromáticas e medicinais em áreas agrupadas	GC	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	
Utilização	Valorizar os espaços florestais através da sua utilização turística	CB	+++	++	++	+++	+++	++	+++	+++	+++	++	+++	
	Valorizar a utilização turística através do consumo de produtos tradicionais produzidos nos espaços florestais	PNL	+++	++	++	+++	+++	++	+++	+++	+++	++	+++	



3 ESPÉCIES A PRIVILEGIAR

3.1 Enquadramento

A identificação das espécies a privilegiar, a considerar em ações de expansão, rearborização e reconversão de povoamentos existentes é um conteúdo da maior relevância do PROF, sendo neste capítulo determinado o essencial da orientação do uso florestal para cada uma das sub-regiões homogéneas.

São utilizadas na definição das espécies a privilegiar: i) os conteúdos de caracterização incluídos nos capítulos B e C, sintetizados já no capítulo C, quando da definição das funções dos espaços florestais; ii) as considerações de carácter estratégico inseridas no Capítulo A; iii) a análise prospetiva realizada em 1, tendo em conta os cenários de alterações climáticas; iv) os objetivos definidos em 2.

Trata-se de um capítulo que sintetiza um conjunto alargado de informações procurando concretizar o sentido estratégico das orientações em cada uma das sub-regiões homogéneas

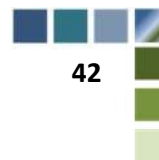
Na identificação das espécies e sistemas a privilegiar será considerada a aptidão das sub-regiões homogéneas para as várias espécies, as funções dos espaços florestais nas sub-regiões homogéneas, a necessidade de diversificação da composição da floresta ao nível da paisagem e a proximidade às indústrias e atividades que interagem com a floresta.

Em algumas SRH, os espaços florestais do Centro Interior terão tendência a aumentar a sua articulação com o turismo, através de atividades de turismo de natureza, o que tende a privilegiar uma maior naturalização dos espaços florestais, uma vez que o aumento do valor natural e paisagístico destes espaços aumenta o valor na sua utilização turística, em particular nos territórios das áreas classificadas. As componentes faunística, florística e de qualidade da paisagem serão tendencialmente mais importantes na formação do rendimento dos espaços florestais, em particular se forem implementadas políticas modernas e eficazes de pagamento de serviços dos ecossistemas. Esta ligação da floresta do Centro Interior ao turismo deve ser lida com sentido estratégico, não significando que, no presente, essa função tenha a importância que se antevê para o futuro.

Nas SRH onde os sistemas e espécies florestais a privilegiar incidem sobre espécies autóctones e sistemas tradicionais de exploração, são favorecidas as componentes faunística, florística e de qualidade da paisagem, decorrendo desse facto um maior valor potencial da sua utilização turística.

A componente Prevenção da Defesa da Floresta Contra Incêndios está associada à escolha dos sistemas e espécies a privilegiar. As escolhas dos sistemas devem tender para espaços florestais menos suscetíveis ao fogo, através da escolha das espécies, mas essencialmente, através da viabilidade da sua gestão e da eficácia da gestão de combustível que lhes está associado.

Para cada sub-região homogénea são apresentados e justificados os sistemas a privilegiar tendo em conta a divisão em “espécies a privilegiar” (Grupo I e II). Em cada SRH é também apresentada a divisão das espécies analisadas em Grupo I e Grupo II. A utilização de espécies do Grupo II é possível, mas tanto mais ineficiente quanto mais ocupar zonas de aptidão apenas “Regular”, com menor probabilidade de gerar rendimento que



permita a gestão e tanto mais ineficiente quanto menos se integre em sistemas que não incluam uma componente eficaz de gestão de combustível.

A utilização do eucalipto está ainda condicionada pelas regras previstas no Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho.

3.2 Metodologia de classificação das espécies quanto à prioridade de utilização das espécies a privilegiar

A metodologia definida para todos os Programas Regionais de Ordenamento Florestal, neste processo de revisão, teve por base critérios técnico-científicos de identificação das espécies e outras orientações complementares. Assim, teve-se em conta, na definição das espécies a privilegiar em cada Sub-Região Homogénea (SRH):

- GRUPO I

Espécies com aptidão Boa e Regular numa área $\geq 50\%$ da área da SRH e espécies que tecnicamente se considerem dever ser especialmente fomentadas na SRH, nomeadamente por critérios ambientais.

- GRUPO II

Das espécies que não fazem parte do Grupo I são selecionadas aquelas cuja aptidão é Boa e Regular numa área $> 0\%$ da área da SRH.

A aplicação da metodologia supra foi complementada com a avaliação das espécies preconizadas nos PROF de 1ª geração, com vista a avaliar se as alterações se justificam tecnicamente e reintroduzir ou eliminar aquelas que se considerarem adequadas. [

3.3 Documentos de enquadramento

Conforme referido no Anexo ao Capítulo B - Impacto dos Incêndios de 2017 nos espaços florestais. Análise por Sub-região homogénea e por concelho, dos Relatórios da Comissão Técnica Independente criada pela Assembleia da República através da Lei n.º 49-A/2017, de 10 de julho e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2018 (que aprova o Programa de Revitalização do Pinhal Interior – PRPI), destacam-se os conteúdos relevantes para a seleção de espécies e sistemas a privilegiar.

- Diversificação da ocupação dos espaços florestais, em particular com utilização de carvalhos, castanheiro e medronheiro, visando diminuir a continuidade horizontal.
- Utilização de espécies autóctones para diminuição da suscetibilidade ao fogo e fomento da biodiversidade.
- Recorrência dos incêndios em áreas de pinhal e eucaliptal.

- Silvopastorícia e gestão da suscetibilidade ao fogo.
- Fileira do medronheiro.

3.4 Nota sobre espécies florestais de habitats ripícolas

A metodologia de avaliação da aptidão produtiva utilizada apresenta uma síntese da fração de cada SRH para as três classes de aptidão. As espécies de habitats ripícolas apresentam boa aptidão limitada à sua ecologia, a qual é por natureza limitada em superfície, pelo que quando apresentada em percentagem da superfície da SRH resulta sempre numa fração diminuta.

Contudo, as espécies ripícolas são sempre prioritárias para o adequado tratamento das linhas de água e compartimentação à escala da paisagem, pelo que serão considerados os sistemas ripícolas como a privilegiar em todas as SRH, utilizando as espécies para as quais a aptidão produtiva foi especificamente analisada ou outras espécies autóctones cuja ecologia seja compatível com as necessidades da arborização.

3.5 Nota sobre a importância dos regimes silvopastoril e cinegético na gestão de combustível

A atividade normal de uma zona com gestão cinegética efetiva tende a gerar impactes positivos na gestão de combustível porque: i) as intervenções sobre os habitat destinados a promover as populações cinegéticas tendem a melhorar ou a manter o mosaico de habitats e, em muitos territórios, a conservar habitats classificados, como é o caso dos montados de sobro e azinho; ii) as espécies cinegéticas consomem biomassa em quantidades que no caso dos cervídeos e do coelho-bravo podem ser muito relevantes.

As culturas anuais (incluindo as pastagens), as culturas permanentes e os sistemas agro-florestais são usos eficientes na redução da suscetibilidade ao fogo (Silva *et al.*, 2010). A lógica que preside à melhoria do habitat para as espécies cinegéticas não é determinada pelas necessidades de diminuição do risco de incêndio. Contudo, o estabelecimento de mosaicos com zonas abertas, implica intervenções em não menos de 5-10% da superfície sujeita a gestão cinegética, intensidade muito relevante para a gestão de combustível e com potencial para ter um impacto positivo na diminuição da suscetibilidade ao fogo.

Todas as tipologias dos sistemas silvopastoris (incluindo o montado) incluem sempre um aumento da proporção do estrato herbáceo e o consumo de biomassa nos três estratos, variando com a espécie e o sistema em que se insere. Independentemente da tipologia, uma área em regime silvopastoril tem sempre associado um mecanismo de redução de combustível, independente de outras intervenções sobre o estrato arbustivo no âmbito da gestão dos povoamentos.

A eficácia destes regimes na gestão de combustível depende da sua calibração em concreto. Contudo, no momento de **atribuir prioridade** a espécies e sistemas florestais, a integração com estes regimes deve ser tida em conta dada a sua dupla função de geração de rendimento e de instrumento de gestão de combustível, para além dos impactes potencialmente positivos na biodiversidade. As normas incluídas no Capítulo E relativas à atividade cinegética e à silvopastorícia indicam os procedimentos de salvaguarda e as regras de definição da intensidade de pastoreio adequadas a cada um dos sistemas.

3.6 Espécies a privilegiar por SRH

SRH do Alto Alva

Recorda-se que as três funções principais desta SRH são: Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos, Produção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

A expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre o castanheiro, sobreiro, aveleira carvalho-alvarinho e azevinho em povoamentos puros ou mistos, com aproveitamento do medronheiro, bem como nas espécies associadas à galeria ripícola. Nas áreas ardidas de pinheiro-bravo (1100 ha; 14,3% na SRH) e matos (900 ha; 11,7% na SRH) deverá ser dada prioridade à arborização, às espécies acima indicadas que apresentam boa aptidão produtiva em respetivamente 100%, 68,6%, 72,9%, 41,6 e 41,6% da superfície da SRH.

A perigosidade de incêndio florestal (aqui representando o risco) era elevada ou muito elevada em 83,2% do território da SRH em 2016, sendo que 36,9% do território foi afetado pelos incêndios de 2017, nos quais arderam 39,3% da superfície de pinheiro-bravo e 37,1% da superfície de mato.

O pinheiro-bravo (5075 ha; 13,1 % na SRH) apresenta aptidão produtiva classificada como “Baixa” em 60,4% do território da SRH e aptidão “Regular” em 26,7% pelo que a sua superfície deverá tendencialmente baixar.

A prioridade à transformação de parte da área ardida em povoamentos das espécies acima descritas com sistemas silvopastoris e cinegéticos associados permitirá incrementar a diversidade e descontinuidade dos povoamentos.

A gestão dos matagais (2 425 ha; 32% da SRH) é da maior importância nesta SRH, relevando o contributo da sua utilização silvo-pastoril e cinegética, para o desenvolvimento de sistemas menos suscetíveis ao fogo.

A superfície da SRH encontra-se em gestão agrupada por ZIF em 94,7% do seu território (PTZIF093-Malhão; PTZIF033-Serapitel; PTZIF095-Senhora do Socorro; PTZIF061-Serra da Estrela Sul; PTZIF073-Senhora do Desterro; PTZIF101-Rio Alvoco; PTZIF104-Seia Alva), pelo que releva o apoio à manutenção e atividade destas áreas agrupadas.

A cerejeira-brava e a nogueira-preta apresentam aptidão produtiva regular ou boa numa fração importante da SRH e pode ser relevante para a diversificação dos povoamentos.

A Tabela 4 resume os principais sistemas e espécies a privilegiar para a SRH do Alto Alva. A atribuição das prioridades tem também em consideração se o rendimento potencial do sistema é compatível com a sua gestão. A remuneração dos serviços dos ecossistemas é um tema central nesta SRH, uma vez que alguns dos sistemas a privilegiar tenderão a ser mais viáveis num contexto de remuneração desses serviços, pelo que é mencionada e contextualizada a sua importância relativa na viabilização destes sistemas. A relevância do apoio público ao investimento é também mencionada, uma vez que, também na componente de investimento à instalação ou melhoria dos povoamentos e das atividades associadas o apoio público será determinante da viabilidade.

Tabela 4 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH do Alto Alva

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO O DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADO S DA REDE NATURA	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Povoamentos de castanheiro puros ou mistos	Com gestão ativa, é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	++	+++
Povoamentos de aveleira	Com gestão ativa, é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	++	+++
Povoamentos de sobreiro, e carvalho-alvarinho, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro	Com gestão ativa das atividades componentes é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Matagais em regime, silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i>	A gestão ativa, em particular o aumento da fração herbácea diminui a suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Elementos essenciais na compartimentação da paisagem e na diminuição da suscetibilidade ao fogo	+++	Sem potencial de viabilização autónoma	+++	+++

(*) Potencial de viabilização autónoma significa que, no atual contexto produtivo e de mercado, a cultura ou sistema de produção tem **potencialmente** capacidade para ser realizada sem apoio público. Isto não significa que, dado o seu valor económico e/ou ambiental, o apoio público não possa ser adequado visando estimular o maior desenvolvimento da cultura ou sistema.

A Tabela 5 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de utilização. (GRUPO I; GRUPO II).

Tabela 5 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH do Alto Alva

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Ec	Eucalipto (pred)	0,0%	0,0%	100,0%	X	-
Pb	Pinheiro-bravo (pred)	60,4%	26,7%	12,9%	-	X
Md	Medronheiro	0,0%	0,0%	100,0%	X	-
Fxl	Lódão-bastardo	68,6%	31,4%	0,0%	-	X

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Fxa	Aveleira	0,0%	27,1%	72,9%	X	-
Cpl	Cedro-do-Oregon	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cpb	Cedro-do-Buçaco	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Ct	Castanheiro	0,0%	0,0%	100,0%	X	-
Cpc	Cipreste-comum	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Fr	Freixo	58,4%	41,6%	0,0%	X	X
Av	Azevinho	58,4%	0,0%	41,6%	X	X
Np	Nogueira-preta	0,0%	68,6%	31,4%	X	-
Puc	Cerejeira-brava	27,1%	72,9%	0,0%	X	-
Pd	Pseudotsuga	68,6%	31,4%	0,0%	-	X
Pxl	Pinheiro larício	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pm	Pinheiro-manso		27,1%	0,0%	-	X
Pr	Pinheiro-insigne	68,6%	31,4%	0,0%	-	X
Ch	Choupos	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Ps	Pinheiro silvestre	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cp	Carvalho português	41,6%	27,1%	31,4%	X	-
Cn	Carvalho-negral	68,6%	0,0%	31,4%	X	-
Cr	Carvalho-alvarinho	0,0%	58,4%	41,6%	X	-
Az	Azinheira	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cxa	Carvalho-americano	58,4%	41,6%	0,0%	-	X
Sb	Sobreiro	0,0%	31,4%	68,6%	X	-

SRH do Alto Mondego

A expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre o castanheiro, aveleira, carvalho-português, carvalho-negral e nogueira-preta em povoamentos puros ou mistos, com aproveitamento do medronheiro, bem como nas espécies associadas à galeria ripícola. Nas áreas ardidas de matos (6625 ha; 17,2% na SRH) deverá ser dada prioridade à arborização às espécies acima indicadas que apresentam boa aptidão produtiva em respetivamente 94,3%, 85,6%, 76%, 70,3% e 70,3% da superfície da SRH.

A perigosidade de incêndio florestal (aqui representando o risco) era elevada ou muito elevada em 65% do território da SRH em 2016, sendo que 41,8% deste território foi afetado pelos incêndios de 2017, nos quais

arderam 57,1% da superfície de pinheiro-bravo, 93,3% da superfície de eucalipto e 62,1% da superfície de mato. Os povoamentos de eucalipto ardidos deverão apresentar regeneração vegetativa na sua quase totalidade, tendendo a homogeneizar a sua estrutura, situação esta que deverá ter uma resposta através da gestão. Por outro lado, o pinhal tenderá a regenerar por semente, gerando povoamentos com necessidades acrescidas de intervenção produtiva que tendem a diminuir a sua rentabilidade potencial (e.g intervenções de limpeza).

O pinheiro-bravo (5075 ha; 13,1 % na SRH) apresenta aptidão produtiva classificada como “Boa” em 35% do território da SRH e aptidão “Regular” em 57,4% pelo que a sua superfície deverá tendencialmente manter-se.

A prioridade à transformação de parte da área ardida em povoamentos das espécies acima descritas com sistemas silvopastoris e cinegéticos associados permitirá incrementar a diversidade e descontinuidade dos povoamentos.

A gestão dos matagais (10 675 ha; 27,6% da SRH) é da maior importância nesta SRH, relevando o contributo da sua utilização silvo-pastoril e cinegética, para o desenvolvimento de sistemas menos suscetíveis ao fogo.

A superfície da SRH encontra-se em gestão agrupada por ZIF em 67,8% do seu território (PTZIF013 Farvão PTZIF044 /Mondego; PTZIF076 Senhora do Espinheiro; PTZIF098 Pedra d’Orca; PTTZIF111 Seia Norte; PTZIF142 Pedras Juradas), pelo que releva o apoio à manutenção e atividade destas áreas agrupadas.

O sobreiro, apresenta aptidão produtiva boa ou regular numa fração importante da SRH e pode ser relevante para a diversificação dos povoamentos, em particular através do aproveitamento da regeneração natural e reconversão de matagais numa ótica de fomento da biodiversidade.

A Tabela 6, resume os principais sistemas e espécies a privilegiar para a SRH do Alto Mondego. A atribuição das prioridades tem também em consideração se o rendimento potencial do sistema é compatível com a sua gestão. A remuneração dos serviços dos ecossistemas é um tema central nesta SRH, uma vez que alguns dos sistemas a privilegiar tenderão a ser mais viáveis num contexto de remuneração desses serviços, pelo que é mencionada e contextualizada a sua importância relativa na viabilização destes sistemas. A relevância do apoio público ao investimento é também mencionada, uma vez que, também na componente de investimento à instalação ou melhoria dos povoamentos e das atividades associadas o apoio público será determinante da viabilidade.

Tabela 6 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH do Alto Mondego

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Povoamentos puros pinheiro-bravo	A gestão ativa deverá diminuir a susceptibilidade ao fogo	-	Com potencial de rentabilização autónoma	+	+++

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Povoamentos de aveleira ou nogueira preta	Com gestão ativa é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	++	+++
Povoamentos de castanheiro puros ou mistos	Com gestão ativa é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	++	+++
Povoamentos de sobreiro, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro	Com gestão ativa das atividades componentes é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i>	A gestão ativa, em particular o aumento da fração herbácea diminui a suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Elementos essenciais na compartimentação da paisagem e na diminuição da suscetibilidade ao fogo	+++	Sem potencial de viabilização autónoma	+++	+++

(*) Potencial de viabilização autónoma significa que, no atual contexto produtivo e de mercado, a cultura ou sistema de produção tem **potencialmente** capacidade para ser realizada sem apoio público. Isto não significa que, dado o seu valor económico e/ou ambiental, o apoio público não possa ser adequado visando estimular o maior desenvolvimento da cultura ou sistema.

A Tabela 7 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de utilização. (GRUPO I; GRUPO II).

Tabela 7 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH do Alto Mondego

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Ec	Eucalipto (pred)	0,0%	0,0%	100,0%	X	-
Pb	Pinheiro-bravo (pred)	7,6%	57,4%	35,0%	X	-
Md	Medronheiro	0,0%	0,0%	100,0%	X	-
Fxl	Lódão-bastardo	29,7%	70,3%	0,0%	X	-

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Fxa	Aveleira	5,7%	8,7%	85,6%	X	-
Cpl	Cedro-do-Oregon	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cpb	Cedro-do-Buçaco	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Ct	Castanheiro	5,7%	0,0%	94,3%	X	-
Cpc	Cipreste-comum	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Fr	Freixo	84,7%	15,3%	0,0%	-	X
Av	Azevinho	84,7%	0,0%	15,3%	-	X
Np	Nogueira-preta	5,7%	24,0%	70,3%	X	-
Puc	Cerejeira-brava	14,4%	85,6%	0,0%	X	-
Pd	Pseudotsuga	29,7%	70,3%	0,0%	X	-
Pxl	Pinheiro larício	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pm	Pinheiro-manso	85,6%	8,7%	5,7%	-	X
Pr	Pinheiro-insigne	29,7%	70,3%	0,0%	X	-
Ch	Choupos	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Ps	Pinheiro silvestre	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cp	Carvalho português	15,3%	8,7%	76,0%	X	-
Cn	Carvalho-negral	29,7%	0,0%	70,3%	X	-
Cr	Carvalho-alvarinho	5,7%	79,0%	15,3%	X	-
Az	Azinheira	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cxa	Carvalho-americano	84,7%	15,3%	0,0%	-	X
Sb	Sobreiro	0,0%	70,3%	29,7%	X	-

SRH da Cova da Beira

A expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre o castanheiro, aveleira, carvalho-português, carvalho-negral e nogueira-preta em povoamentos puros ou mistos, com aproveitamento do medronheiro, bem como nas espécies associadas à galeria ripícola. Nas áreas ardidas de matos (1600 ha; 4,3% na SRH) e de pinheiro-bravo (1775 ha; 4,8% na SRH) deverá ser dada prioridade à arborização às espécies acima indicadas que apresentam boa aptidão produtiva em respetivamente 79,4%, 79%, 91,4%, 77,3% e 70,6% da superfície da SRH.

A perigosidade de incêndio florestal (aqui representando o risco) era elevada ou muito elevada em 81,4% do território da SRH em 2016, sendo que 11,3% deste território foi afetado pelos incêndios de 2017, nos quais arderam 15,1% da superfície de pinheiro-bravo, 7,1% da superfície de eucalipto e 10,8% da superfície de mato. Os povoamentos de eucalipto ardidos deverão apresentar regeneração vegetativa na sua quase totalidade, tendendo a homogeneizar a sua estrutura, situação esta que deverá ter uma resposta através da gestão. Por outro lado, o pinhal tenderá a regenerar por semente, gerando povoamentos com necessidades acrescidas de intervenção produtiva que tendem a diminuir a sua rentabilidade potencial (e.g intervenções de limpeza).

O pinheiro-bravo (11750 ha; 31,8 % na SRH) apresenta aptidão produtiva classificada como “Baixa” em 47,8% do território da SRH e aptidão “Regular” em 52,2% pelo que a sua superfície deverá tendencialmente manter-se.

O eucalipto (11750 ha; 31,8 % na SRH) apresenta aptidão produtiva “Boa” em 98% do território da SRH pelo que a sua superfície deverá tendencialmente manter-se ou diminuir no contexto geral da aplicação das normas do Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização.

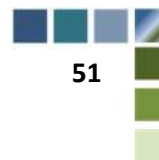
A prioridade à transformação de parte da área ardida em povoamentos das espécies acima descritas com sistemas silvopastoris e cinegéticos associados permitirá incrementar a diversidade e descontinuidade dos povoamentos.

A gestão dos matagais (14 800 ha; 40,1% da SRH) é da maior importância nesta SRH, relevando o contributo da sua utilização silvo-pastoril e cinegética, para o desenvolvimento de sistemas menos suscetíveis ao fogo.

A superfície da SRH encontra-se em gestão agrupada por ZIF em 5,4 % do seu território (PTZIF064 Lavacolhos), o que releva a necessidade acrescida do estímulo dessas modalidades de gestão.

O sobreiro, o carvalho-alvarinho, o lódão-bastardo e a cerejeira-brava apresentam aptidão produtiva regular ou boa numa fração importante da SRH e pode ser relevante para a diversificação dos povoamentos.

A Tabela 8 resume os principais sistemas e espécies a privilegiar para a SRH Cova da Beira. A atribuição das prioridades tem também em consideração se o rendimento potencial do sistema é compatível com a sua gestão. A remuneração dos serviços dos ecossistemas é um tema central nesta SRH, uma vez que alguns dos sistemas a privilegiar tenderão a ser mais viáveis num contexto de remuneração desses serviços, pelo que é mencionada e contextualizada a sua importância relativa na viabilização destes sistemas. A relevância do apoio público ao investimento é também mencionada, uma vez que, também na componente de investimento à instalação ou melhoria dos povoamentos e das atividades associadas o apoio público será determinante da viabilidade.

**Tabela 8 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH do Cova da Beira**

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Povoamentos puros de eucalipto	A gestão ativa deverá diminuir a suscetibilidade ao fogo	-	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	-	-
Povoamentos de aveleira ou nogueira-preta	Com gestão ativa é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	++	+++
Povoamentos de castanheiro puros ou mistos	Com gestão ativa é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	++	+++
Povoamentos de carvalho-português ou carvalho-negral, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro	Com gestão ativa das atividades componentes é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i>	A gestão ativa, em particular o aumento da fração herbácea diminui a suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Elementos essenciais na compartimentação da paisagem e na diminuição da suscetibilidade ao fogo	+++	Sem potencial de viabilização autónoma	+++	+++

(*) Potencial de viabilização autónoma significa que, no atual contexto produtivo e de mercado, a cultura ou sistema de produção tem **potencialmente** capacidade para ser realizada sem apoio público. Isto não significa que, dado o seu valor económico e/ou ambiental, o apoio público não possa ser adequado visando estimular o maior desenvolvimento da cultura ou sistema.

A Tabela 9 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de utilização. (GRUPO I; GRUPO II).

Tabela 9 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH do Cova da Beira

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Ec	Eucalipto (pred)	0,2%	1,8%	98,0%	X	-
Pb	Pinheiro-bravo (pred)	47,8%	52,2%	0,0%	X	-

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Md	Medronheiro	7,0%	0,0%	93,0%	X	-
Fxl	Lódão-bastardo	8,4%	91,6%	0,0%	X	-
Fxa	Aveleira	20,6%	0,4%	79,0%	X	-
Cpl	Cedro-do-Oregon	93,2%	6,8%	0,0%	-	X
Cpb	Cedro-do-Buçaco	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Ct	Castanheiro	0,2%	20,4%	79,4%	X	-
Cpc	Cipreste-comum	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Fr	Freixo	98,4%	1,6%	0,0%	-	X
Av	Azevinho	91,6%	0,0%	8,4%	-	X
Np	Nogueira-preta	20,6%	8,8%	70,6%	X	-
Puc	Cerejeira-brava	21,0%	72,2%	6,8%	X	-
Pd	Pseudotsuga	22,7%	77,3%	0,0%	X	-
Pxl	Pinheiro larício	93,2%	6,8%	0,0%	-	X
Pm	Pinheiro-manso	99,6%	0,4%	0,0%	-	X
Pr	Pinheiro-insigne	29,4%	70,6%	0,0%	X	-
Ch	Choupos	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Ps	Pinheiro silvestre	93,2%	6,8%	0,0%	-	X
Cp	Carvalho português	8,4%	0,2%	91,4%	X	-
Cn	Carvalho-negral	22,3%	0,4%	77,3%	X	-
Cr	Carvalho-alvarinho	21,0%	70,6%	8,4%	X	-
Az	Azinheira	79,4%	20,4%	0,2%	-	X
Cxa	Carvalho-americano	91,6%	8,4%	0,0%	-	X
Sb	Sobreiro	7,0%	70,6%	22,5%	X	-

SRH do Douro e Coa

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Conservação, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

Os espaços florestais arborizados ocupam apenas 6,3% da superfície da SRH sendo que as áreas agrícolas representam 32,4% da superfície da SRH, representando as pastagens 27,4% e o mato 21,9%.

A expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre a azinheira (69,3% de superfície com aptidão “Boa” na SRH) bem como nas espécies associadas à galeria ripícola.

A perigosidade de incêndio florestal (aqui representando o risco) era elevada ou muito elevada em 72% do território da SRH em 2016, sendo que 6,4% deste território foi afetado pelos incêndios de 2017.

A Rede Natura 2000 (PTCON0022 – Douro Internacional), ocupa 36,3% da superfície da SRH, sendo muito relevante para a criação de opções de utilização turística dos espaços florestais.

O aumento das áreas de montado de azinho ou de outros carvalhos e a gestão dos matagais (19 550 ha; 21,8% da SRH) é da maior importância nesta SRH, relevando aqui, com especial ênfase, o contributo da sua utilização silvo-pastoril e cinegética.

A superfície da SRH encontra-se em gestão agrupada por ZIF em 5% do seu território (PTZIF063 Algodres e Vale de Afonsinho; PTZIF155 Fonte Santa) o que releva a necessidade acrescida do estímulo dessas modalidades de gestão.

O sobreiro, o carvalho-negral, o carvalho-português, a nogueira-preta e o lódão-bastardo apresentam aptidão produtiva regular ou boa numa fração importante da SRH e podem ser relevantes para a diversificação dos povoamentos.

A Tabela 10 resume os principais sistemas e espécies a privilegiar para a SRH Douro e Coa. A atribuição das prioridades tem também em consideração se o rendimento potencial do sistema é compatível com a sua gestão. A remuneração dos serviços dos ecossistemas é um tema central nesta SRH, uma vez que alguns dos sistemas a privilegiar tenderão a ser mais viáveis num contexto de remuneração desses serviços, pelo que é mencionada e contextualizada a sua importância relativa na viabilização destes sistemas. A relevância do apoio público ao investimento é também mencionada, uma vez que, também na componente de investimento à instalação ou melhoria dos povoamentos e das atividades associadas o apoio público será determinante da viabilidade.

Tabela 10 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH do Douro e Coa

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Povoamentos de azinheira puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro	Com gestão ativa das atividades componentes é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i>	A gestão ativa, em particular o aumento da fração herbácea diminui a suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Elementos essenciais na compartimentação da paisagem e na diminuição da suscetibilidade ao fogo	+++	Sem potencial de viabilização autónoma	+++	+++

(*) Potencial de viabilização autónoma significa que, no atual contexto produtivo e de mercado, a cultura ou sistema de produção tem **potencialmente** capacidade para ser realizada sem apoio público. Isto não significa que, dado o seu valor económico e/ou ambiental, o apoio público não possa ser adequado visando estimular o maior desenvolvimento da cultura ou sistema.

A Tabela 11 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de utilização. (GRUPO I; GRUPO II).

Tabela 11 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH do Douro e Coa

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Ec	Eucalipto (pred)	72,1%	8,5%	19,3%	-	X
Pb	Pinheiro-bravo (pred)	55,9%	43,8%	0,3%	X	-
Md	Medronheiro	69,5%	1,1%	29,3%	-	X
Fxl	Lódão-bastardo	2,0%	98,0%	0,0%	X	-
Fxa	Aveleira	69,5%	1,8%	28,6%	-	X
Cpl	Cedro-do-Oregon	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cpb	Cedro-do-Buçaco	77,1%	22,9%	0,0%	-	X
Ct	Castanheiro	69,5%	0,7%	29,8%	-	X
Cpc	Cipreste-comum	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Fr	Freixo	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Av	Azevinho	98,9%	1,1%	0,0%	-	X
Np	Nogueira-preta	47,8%	23,6%	28,6%	X	-
Puc	Cerejeira-brava	70,7%	29,3%	0,0%	-	X

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Pd	Pseudotsuga	71,4%	28,6%	0,0%	-	X
Pxl	Pinheiro larício	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pm	Pinheiro-manso	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pr	Pinheiro-insigne	71,4%	28,6%	0,0%	-	X
Ch	Choupos	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Ps	Pinheiro silvestre	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cp	Carvalho português	70,7%	0,7%	28,6%	X	-
Cn	Carvalho-negral	70,2%	1,4%	28,4%	X	-
Cr	Carvalho-alvarinho	69,5%	30,5%	0,0%	-	X
Az	Azinheira	30,7%	0,0%	69,3%	X	-
Cxa	Carvalho-americano	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Sb	Sobreiro	47,8%	50,1%	2,1%	X	-

SRH da Estrela

A expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre o castanheiro, aveleira, carvalho-negral, carvalho-alvarinho, azevinho e sobreiro, em povoamentos puros ou mistos, com aproveitamento do medronheiro, bem como nas espécies associadas à galeria ripícola. Nas áreas ardidas de matos (10 450 ha; 2,2% na SRH) e de pinhal-bravo (1875 ha; 2,2% na SRH) deverá ser dada prioridade à arborização às espécies acima indicadas que apresentam boa aptidão produtiva em respetivamente 97,4%, 87,9%, 52,7%, 56,3%, 56,3% e 45,2% da superfície da SRH.

A perigosidade de incêndio florestal (aqui representando o risco) era elevada ou muito elevada em 82% do território da SRH em 2016, sendo que 19% deste território foi afetado pelos incêndios de 2017, nos quais arderam 17,6% da superfície de pinheiro-bravo e 24,7% da superfície de mato.

O pinheiro-bravo (10625 ha; 12,3 % na SRH) apresenta aptidão produtiva classificada como “Baixa” em 58,5% do território da SRH e aptidão “Regular” em 41,5% pelo que a sua superfície deverá tendencialmente manter-se.

A Rede Natura 2000 (PTCON0014 – Douro Serra da Estrela), ocupa 68,2% da superfície da SRH, sendo muito relevante para a criação de opções de utilização turística dos espaços florestais.

A prioridade à transformação de parte da área ardida em povoamentos das espécies acima descritas com sistemas silvopastoris e cinegéticos associados permitirá incrementar a diversidade e descontinuidade dos povoamentos.

A gestão dos matagais (42 300 ha; 49,1% da SRH) é da maior importância nesta SRH, relevando o contributo da sua utilização silvo-pastoril e cinegética, para o desenvolvimento de sistemas menos suscetíveis ao fogo.

A superfície da SRH encontra-se em gestão agrupada por ZIF em 15% do seu território (PTZIF033-Serapitel; PTZIF061-Serra da Estrela Sul; PTZIF013-Farvão; PTZIF080-Encosta de Linhares; PTZIF062-Gouveia Este; PTZIF073-Senhora do Desterro; PTZIF007-Alfátima; PTZIF064-Lavacolhos; PTZIF101-Rio Alvoco), pelo que releva o apoio à manutenção e atividade destas áreas agrupadas.

O carvalho-alvarinho e o lódão-bastardo apresentam aptidão produtiva regular ou boa numa fração importante da SRH e pode ser relevante para a diversificação dos povoamentos.

A Tabela 12 resume os principais sistemas e espécies a privilegiar para a SRH Estrela. A atribuição das prioridades tem também em consideração se o rendimento potencial do sistema é compatível com a sua gestão. A remuneração dos serviços dos ecossistemas é um tema central nesta SRH, uma vez que alguns dos sistemas a privilegiar tenderão a ser mais viáveis num contexto de remuneração desses serviços, pelo que é mencionada e contextualizada a sua importância relativa na viabilização destes sistemas. A relevância do apoio público ao investimento é também mencionada, uma vez que, também na componente de investimento à instalação ou melhoria dos povoamentos e das atividades associadas o apoio público será determinante da viabilidade.

Tabela 12 – Sistemas e espécies a privilegiar na SRH Estrela

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Povoamentos puros de eucalipto	A gestão ativa deverá diminuir a suscetibilidade ao fogo	-	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	-	-
Povoamentos de aveleira	Com gestão ativa é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	++	+++
Povoamentos de azevinho	Com gestão ativa é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	++	+++

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Povoamentos de castanheiro puros ou mistos	Com gestão ativa é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	++	+++
Povoamentos de sobreiro, carvalho-alvarinho e carvalho-negral, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro	Com gestão ativa das atividades componentes é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i>	A gestão ativa, em particular o aumento da fração herbácea diminui a suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Elementos essenciais na compartimentação da paisagem e na diminuição da suscetibilidade ao fogo	+++	Sem potencial de viabilização autónoma	+++	+++

(*) Potencial de viabilização autónoma significa que, no atual contexto produtivo e de mercado, a cultura ou sistema de produção tem **potencialmente** capacidade para ser realizada sem apoio público. Isto não significa que, dado o seu valor económico e/ou ambiental, o apoio público não possa ser adequado visando estimular o maior desenvolvimento da cultura ou sistema.

A Tabela 13 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de utilização. (GRUPO I; GRUPO II).

Tabela 13 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Estrela

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Ec	Eucalipto (pred)	10,0%	5,7%	84,3%	-	X
Pb	Pinheiro-bravo (pred)	58,5%	41,5%	0,0%	X	-
Md	Medronheiro	20,7%	5,8%	73,6%	X	-
Fxl	Lódão-bastardo	62,5%	37,5%	0,0%	-	X
Fxa	Aveleira	1,5%	10,6%	87,9%	X	-
Cpl	Cedro-do-Oregon	81,4%	18,6%	0,0%	-	X

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Cpb	Cedro-do-Buçaco	99,9%	0,1%	0,0%	-	X
Ct	Castanheiro	2,1%	0,5%	97,4%	X	-
Cpc	Cipreste-comum	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Fr	Freixo	61,2%	37,7%	1,1%	-	X
Av	Azevinho	37,9%	5,8%	56,3%	X	-
Np	Nogueira-preta	8,2%	61,3%	30,5%	X	-
Puc	Cerejeira-brava	13,1%	68,2%	18,6%	X	-
Pd	Pseudotsuga	50,9%	49,1%	0,0%	-	X
Pxl	Pinheiro larício	81,4%	18,6%	0,0%	-	X
Pm	Pinheiro-manso	95,2%	4,8%	0,0%	-	X
Pr	Pinheiro-insigne	69,5%	30,5%	0,0%	-	X
Ch	Choupos	98,9%	0,0%	1,1%	-	X
Ps	Pinheiro silvestre	81,4%	18,6%	0,0%	-	X
Cp	Carvalho português	63,0%	1,5%	35,4%	-	X
Cn	Carvalho-negral	40,7%	6,6%	52,7%	X	-
Cr	Carvalho-alvarinho	5,9%	37,8%	56,3%	X	-
Az	Azinheira	98,5%	0,5%	1,0%	-	X
Cxa	Carvalho-americano	43,7%	56,3%	0,0%	X	-
Sb	Sobreiro	26,3%	28,5%	45,2%	X	-

SRH da Floresta do Interior

A expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre o sobreiro e o carvalho-português em povoamentos puros ou mistos, com aproveitamento do medronheiro, bem como nas espécies associadas à galeria ripícola. Nas áreas ardidas de matos (4375ha; 3,7% na SRH) deverá ser dada prioridade à arborização às espécies acima indicadas que apresentam boa aptidão produtiva em respetivamente 90,4% e 97,1% da superfície da SRH.

A perigosidade de incêndio florestal (aqui representando o risco) era elevada ou muito elevada em 64% do território da SRH em 2016, sendo que 8% deste território foi afetado pelos incêndios de 2017.

O eucalipto (11750 ha; 10 % na SRH) apresenta aptidão produtiva classificada como “Boa” em 53,6% do território da SRH e aptidão “Regular” em 46,2% pelo que a sua superfície deverá tendencialmente manter-se ou diminuir no contexto geral da aplicação das normas do Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização.

O pinheiro-bravo (20925 ha; 17,9 % na SRH) apresenta aptidão produtiva classificada como “Boa” em 32,4% do território da SRH e aptidão “Regular” 67,65% pelo que a sua superfície deverá tendencialmente manter-se.

A prioridade à transformação de parte da área ardida em povoamentos das espécies acima descritas com sistemas silvopastoris e cinegéticos associados permitirá incrementar a diversidade e descontinuidade dos povoamentos.

A gestão dos matagais (37 525 ha; 32,1% da SRH) é da maior importância nesta SRH, relevando o contributo da sua utilização silvo-pastoril e cinegética, para o desenvolvimento de sistemas menos suscetíveis ao fogo.

A superfície da SRH encontra-se em gestão agrupada por ZIF em 18,6% do seu território (PTZIF091-Almaceda; PTZIF115-Malhada do Cervo; PTZIF074-Castelo Branco; PTZIF019-sarzedas/Magarefa; PTZIF020-Sarzedas/Estacal; PTZIF117-Benquerenças; PTZIF114-S. Vicente), pelo que releva o apoio à manutenção e atividade destas áreas agrupadas.

O castanheiro, o lódão-bastardo e a azinheira apresentam aptidão produtiva regular ou boa numa fração importante da SRH e pode ser relevante para a diversificação dos povoamentos.

A Tabela 14 resume os principais sistemas e espécies a privilegiar para a SRH Floresta do interior. A atribuição das prioridades tem também em consideração se o rendimento potencial do sistema é compatível com a sua gestão. A remuneração dos serviços dos ecossistemas é um tema central nesta SRH, uma vez que alguns dos sistemas a privilegiar tenderão a ser mais viáveis num contexto de remuneração desses serviços, pelo que é mencionada e contextualizada a sua importância relativa na viabilização destes sistemas. A relevância do apoio público ao investimento é também mencionada, uma vez que, também na componente de investimento à instalação ou melhoria dos povoamentos e das atividades associadas o apoio público será determinante da viabilidade.

Tabela 14 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH Floresta do Interior

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Povoamentos puros de eucalipto	A gestão ativa deverá diminuir a suscetibilidade ao fogo	-	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	-	-

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Povoamentos puros pinheiro-bravo	A gestão ativa deverá diminuir a susceptibilidade ao fogo	-	Com potencial de rentabilização autónoma	+	+++
Povoamentos de sobreiro ou carvalho, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro	Com gestão ativa das atividades componentes é um sistema de baixa susceptibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i>	A gestão ativa, em particular o aumento da fração herbácea diminui a susceptibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Elementos essenciais na compartimentação da paisagem e na diminuição da susceptibilidade ao fogo	+++	Sem potencial de viabilização autónoma	+++	+++

(*) Potencial de viabilização autónoma significa que, no atual contexto produtivo e de mercado, a cultura ou sistema de produção tem **potencialmente** capacidade para ser realizada sem apoio público. Isto não significa que, dado o seu valor económico e/ou ambiental, o apoio público não possa ser adequado visando estimular o maior desenvolvimento da cultura ou sistema.

A Tabela 15 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de utilização. (GRUPO I; GRUPO II).

Tabela 15 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Floresta do Interior

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Ec	Eucalipto (pred)	0,2%	46,2%	53,6%	X	-
Pb	Pinheiro-bravo (pred)	0,0%	67,6%	32,4%	X	-
Md	Medronheiro	1,4%	1,6%	97,1%	X	-
Fxl	Lódão-bastardo	1,2%	98,8%	0,0%	X	-
Fxa	Aveleira	62,7%	27,9%	9,4%	-	X
Cpl	Cedro-do-Oregon	98,8%	1,2%	0,0%	-	X
Cpb	Cedro-do-Buçaco	98,4%	1,6%	0,0%	-	X

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Ct	Castanheiro	1,7%	60,9%	37,3%	X	-
Cpc	Cipreste-comum	98,4%	1,6%	0,0%	-	X
Fr	Freixo	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Av	Azevinho	98,8%	0,0%	1,2%	-	X
Np	Nogueira-preta	62,7%	29,1%	8,2%	-	X
Puc	Cerejeira-brava	90,6%	8,2%	1,2%	-	X
Pd	Pseudotsuga	90,6%	9,4%	0,0%	-	X
Pxl	Pinheiro larício	98,8%	1,2%	0,0%	-	X
Pm	Pinheiro-manso	72,1%	27,9%	0,0%	-	X
Pr	Pinheiro-insigne	91,8%	8,2%	0,0%	-	X
Ch	Choupos	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Ps	Pinheiro silvestre	98,8%	1,2%	0,0%	-	X
Cp	Carvalho português	2,8%	0,2%	97,1%	X	-
Cn	Carvalho-negral	62,7%	27,9%	9,4%	-	X
Cr	Carvalho-alvarinho	90,6%	8,2%	1,2%	-	X
Az	Azinheira	37,3%	62,5%	0,2%	X	-
Cxa	Carvalho-americano	98,8%	1,2%	0,0%	-	X
Sb	Sobreiro	1,4%	8,2%	90,4%	X	-

SRH da Gardunha

A expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre o castanheiro o carvalho-negral em povoamentos puros ou mistos, com aproveitamento do medronheiro, na aveleira, bem como nas espécies associadas à galeria ripícola. Nas áreas ardidas de matos (2 775ha; 47% na SRH) deverá ser dada prioridade à arborização às espécies acima indicadas que apresentam 100% de boa aptidão produtiva na superfície da SRH.

A perigosidade de incêndio florestal (aqui representando o risco) era elevada ou muito elevada em 82% do território da SRH em 2016, sendo que 55% deste território foi afetado pelos incêndios de 2017.

A prioridade à transformação de parte da área ardida em povoamentos das espécies acima descritas com sistemas silvopastoris e cinegéticos associados permitirá incrementar a diversidade e descontinuidade dos povoamentos.

A gestão dos matagais (3525 ha; 58% da SRH) é da maior importância nesta SRH, relevando o contributo da sua utilização silvo-pastoril e cinegética, para o desenvolvimento de sistemas menos suscetíveis ao fogo.

Não existe gestão agrupada por ZIF no território da SRH, o que releva a importância do estímulo ao aumento desta modalidade de gestão.

A Rede Natura 2000 está presente em 96% do território da SRH (PTCON0028 – Gardunha).

O sobreiro, o carvalho-alvarinho, a cerejeira-brava, a nogueira-preta e o lódão-bastardo apresentam aptidão produtiva regular ou boa numa fração importante da SRH e pode ser relevante para a diversificação dos povoamentos.

A Tabela 16 resume os principais sistemas e espécies a privilegiar para a SRH Gardunha. A atribuição das prioridades tem também em consideração se o rendimento potencial do sistema é compatível com a sua gestão. A remuneração dos serviços dos ecossistemas é um tema central nesta SRH, uma vez que alguns dos sistemas a privilegiar tenderão a ser mais viáveis num contexto de remuneração desses serviços, pelo que é mencionada e contextualizada a sua importância relativa na viabilização destes sistemas. A relevância do apoio público ao investimento é também mencionada, uma vez que, também na componente de investimento à instalação ou melhoria dos povoamentos e das atividades associadas o apoio público será determinante da viabilidade.

Tabela 16 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH Gardunha

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Povoamentos puros pinheiro-bravo	A gestão ativa deverá diminuir a suscetibilidade ao fogo	-	Com potencial de rentabilização autónoma	+	+++
Povoamentos de aveleira	Com gestão ativa é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	++	+++
Povoamentos de castanheiro puros ou mistos	Com gestão ativa é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	++	+++
Povoamentos de carvalho-negral, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro	Com gestão ativa das atividades componentes é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i>	A gestão ativa, em particular o aumento da fração herbácea diminui a suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Elementos essenciais na compartimentação da paisagem e na diminuição da suscetibilidade ao fogo	+++	Sem potencial de viabilização autónoma	+++	+++

(*) Potencial de viabilização autónoma significa que, no atual contexto produtivo e de mercado, a cultura ou sistema de produção tem **potencialmente** capacidade para ser realizada sem apoio público. Isto não significa que, dado o seu valor económico e/ou ambiental, o apoio público não possa ser adequado visando estimular o maior desenvolvimento da cultura ou sistema.

A Tabela 17 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de utilização. (GRUPO I; GRUPO II).

Tabela 17 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Gardunha

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Ec	Eucalipto (pred)	2,1%	78,2%	19,8%	X	-
Pb	Pinheiro-bravo (pred)	0,0%	59,7%	40,3%	X	-
Md	Medronheiro	45,7%	0,0%	54,3%	X	-
Fxl	Lódão-bastardo	45,7%	54,3%	0,0%	X	-
Fxa	Aveleira	0,0%	0,0%	100,0%	X	-
Cpl	Cedro-do-Oregon	54,3%	45,7%	0,0%	-	X
Cpb	Cedro-do-Buçaco	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Ct	Castanheiro	0,0%	0,0%	100,0%	X	-
Cpc	Cipreste-comum	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Fr	Freixo	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Av	Azevinho	54,3%	0,0%	45,7%	X	-
Np	Nogueira-preta	0,0%	45,7%	54,3%	X	-
Puc	Cerejeira-brava	0,0%	54,3%	45,7%	X	-

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Pd	Pseudotsuga	0,0%	0,0%	100,0%	X	-
Pxl	Pinheiro larício	54,3%	45,7%	0,0%	-	X
Pm	Pinheiro-manso	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pr	Pinheiro-insigne	45,7%	54,3%	0,0%	X	-
Ch	Choupos	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Ps	Pinheiro silvestre	54,3%	45,7%	0,0%	-	X
Cp	Carvalho português	45,7%	0,0%	54,3%	X	-
Cn	Carvalho-negral	0,0%	0,0%	100,0%	X	-
Cr	Carvalho-alvarinho	0,0%	54,3%	45,7%	X	-
Az	Azinheira	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cxa	Carvalho-americano	54,3%	45,7%	0,0%	-	X
Sb	Sobreiro	45,7%	54,3%	0,0%	X	-

SRH da Malcata

A expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre o castanheiro, o carvalho-português, o carvalho-negral e o sobreiro em povoamentos puros ou mistos, com aproveitamento do medronheiro, bem como nas espécies associadas à galeria ripícola. As espécies atrás mencionadas apresentam boa aptidão produtiva no território da SRH nas frações do território a seguir indicadas (castanheiro - 45%; carvalho-português - 76,2%; carvalho-negral - 45%; sobreiro - 53,2%; medronheiro - 76,2%).

O eucalipto (3000 ha; 12 % na SRH) apresenta aptidão produtiva classificada como “Regular” em 52,8% do território da SRH e aptidão “Boa” em 29,2% pelo que a sua superfície deverá tendencialmente manter-se ou diminuir no contexto geral da aplicação das normas do Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização.

O pinheiro-bravo (3275 ha; 13 % na SRH) apresenta aptidão produtiva classificada como “Baixa” em 53,2% do território da SRH e aptidão “Regular” 46,8% pelo que a sua superfície deverá tendencialmente diminuir.

A perigosidade de incêndio florestal (aqui representando o risco) era elevada ou muito elevada em 83,6% do território da SRH em 2016, sendo que o território não foi afetado pelos incêndios de 2017.

A prioridade à transformação de parte da área de matos em povoamentos das espécies acima descritas com sistemas silvopastoris e cinegéticos associados permitirá incrementar a diversidade e descontinuidade dos povoamentos.

A gestão dos matagais (5750 ha; 22,72% da SRH) é da maior importância nesta SRH, relevando o contributo da sua utilização silvo-pastoril e cinegética, para o desenvolvimento de sistemas menos suscetíveis ao fogo.

A gestão agrupada por ZIF existe em 12% no território da SRH (PTZIF021- Penha Garcia; PTZIF138 – Malcata), o que releva a importância do estímulo ao aumento desta modalidade de gestão.

A Rede Natura 2000 está presente em 96,9% do território da SRH (PTCON0004 – Malcata).

O carvalho-alvarinho, a cerejeira-brava, a nogueira-preta e o lódão-bastardo apresentam aptidão produtiva regular ou boa numa fração importante da SRH e pode ser relevante para a diversificação dos povoamentos.

A Tabela 18 resume os principais sistemas e espécies a privilegiar para a SRH Malcata. A atribuição das prioridades tem também em consideração se o rendimento potencial do sistema é compatível com a sua gestão. A remuneração dos serviços dos ecossistemas é um tema central nesta SRH, uma vez que alguns dos sistemas a privilegiar tenderão a ser mais viáveis num contexto de remuneração desses serviços, pelo que é mencionada e contextualizada a sua importância relativa na viabilização destes sistemas. A relevância do apoio público ao investimento é também mencionada, uma vez que, também na componente de investimento à instalação ou melhoria dos povoamentos e das atividades associadas o apoio público será determinante da viabilidade.

Tabela 18 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH Malcata

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Povoamentos de castanheiro puros ou mistos	Com gestão ativa é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	++	+++
Povoamentos de sobreiro, carvalho-português ou carvalho-negral, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do madroalheiro	Com gestão ativa das atividades componentes é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i>	A gestão ativa, em particular o aumento da fração herbácea diminui a suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Elementos essenciais na compartimentação da paisagem e na diminuição da suscetibilidade ao fogo	+++	Sem potencial de viabilização autónoma	+++	+++

(*) Potencial de viabilização autónoma significa que, no atual contexto produtivo e de mercado, a cultura ou sistema de produção tem **potencialmente** capacidade para ser realizada sem apoio público. Isto não significa que, dado o seu valor económico e/ou ambiental, o apoio público não possa ser adequado visando estimular o maior desenvolvimento da cultura ou sistema.

A Tabela 19 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de utilização. (GRUPO I; GRUPO II).

Tabela 19 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Malcata

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Ec	Eucalipto (pred)	18,0%	52,8%	29,2%	X	-
Pb	Pinheiro-bravo (pred)	53,2%	46,8%	0,0%	X	-
Md	Medronheiro	5,4%	18,4%	76,2%	X	-
Fxl	Lódão-bastardo	20,4%	79,6%	0,0%	X	-
Fxa	Aveleira	53,7%	16,3%	30,0%	-	X
Cpl	Cedro-do-Oregon	96,4%	3,6%	0,0%	-	X
Cpb	Cedro-do-Buçaco	97,8%	2,2%	0,0%	-	X
Ct	Castanheiro	3,9%	51,0%	45,0%	X	-
Cpc	Cipreste-comum	97,8%	2,2%	0,0%	-	X
Fr	Freixo	98,7%	0,0%	1,3%	-	X
Av	Azevinho	80,1%	16,3%	3,6%	-	X
Np	Nogueira-preta	71,2%	3,6%	25,1%	-	X
Puc	Cerejeira-brava	71,2%	25,1%	3,6%	-	X
Pd	Pseudotsuga	71,2%	28,8%	0,0%	-	X
Pxl	Pinheiro larício	96,4%	3,6%	0,0%	-	X
Pm	Pinheiro-manso	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pr	Pinheiro-insigne	74,9%	25,1%	0,0%	-	X
Ch	Choupos	98,7%	0,0%	1,3%	-	X
Ps	Pinheiro silvestre	96,4%	3,6%	0,0%	-	X
Cp	Carvalho português	22,6%	1,3%	76,2%	X	-
Cn	Carvalho-negral	55,0%	0,0%	45,0%	-	X
Cr	Carvalho-alvarinho	53,7%	42,7%	3,6%	-	X
Az	Azinheira	46,8%	53,2%	0,0%	X	-

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Cxa	Carvalho-americano	96,4%	3,6%	0,0%	-	X
Sb	Sobreiro	21,7%	25,1%	53,2%	X	-

SRH da Raia Norte

Os espaços florestais arborizados ocupam apenas 13,4% da superfície da SRH sendo que a as áreas agrícolas representam 25,9 % da superfície da SRH, as pastagens 29% e o mato 24,3%.

A expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre o castanheiro, a aveleira, o carvalho-português, o carvalho-negral e a nogueira-preta, no aproveitamento do medronheiro bem como nas espécies associadas à galeria ripícola. As espécies acima descritas apresentam aptidão produtiva “Boa” nas seguintes frações da SRH : castanheiro (86,8%), aveleira (58,7%), carvalho-português (79%), carvalho-negral (67%) , nogueira-preta (56,6%) e medronheiro (80,6%).

O pinheiro-bravo (20300 ha; 6% na SRH) tem aptidão produtiva “Regular” em em 73,9% da superfície da SRH, devendo a sua superfície tendencialmente manter-se.

A perigosidade de incêndio florestal (aqui representando o risco) era elevada ou muito elevada em 66,7% do território da SRH em 2016, sendo que 7,1% deste território foi afetado pelos incêndios de 2017.

O aumento das áreas de montado de carvalho-português e carvalho-negral no contexto da gestão dos matagais (82550 ha; 24,3% da SRH) é da maior importância nesta SRH, relevando aqui, com especial ênfase, o contributo da sua utilização silvo-pastoril e cinegética.

A superfície da SRH encontra-se em gestão agrupada por ZIF em 8,4% do seu território (PTZIF138 – Malcata; PTZIF152 - Vale Prazeres; PTZIF135 – Ramela; PTZIF071 – Enxames) o que releva a necessidade acrescida do estímulo dessas modalidades de gestão.

O sobreiro, o carvalho-alvarinho, a cerejeira-brava, a nogueira-preta e o lódão-bastardo apresentam aptidão produtiva regular ou boa numa fração importante da SRH e pode ser relevante para a diversificação dos povoamentos.

A Tabela 20 resume os principais sistemas e espécies a privilegiar para a SRH Raia Norte. A atribuição das prioridades tem também em consideração se o rendimento potencial do sistema é compatível com a sua gestão. A remuneração dos serviços dos ecossistemas é um tema central nesta SRH, uma vez que alguns dos sistemas a privilegiar tenderão a ser mais viáveis num contexto de remuneração desses serviços, pelo que é mencionada e contextualizada a sua importância relativa na viabilização destes sistemas. A relevância do apoio público ao investimento é também mencionada, uma vez que, também na componente de investimento à instalação ou melhoria dos povoamentos e das atividades associadas o apoio público será determinante da viabilidade.

Tabela 20 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH Raia Norte

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Povoamentos de aveleira	Com gestão ativa é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	++	+++
Povoamentos de castanheiro puros ou mistos	Com gestão ativa é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Com potencial elevado de rentabilização autónoma	++	+++
Povoamentos de carvalho-português; carvalho-negral, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro	Com gestão ativa das atividades componentes é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i>	A gestão ativa, em particular o aumento da fração herbácea diminui a suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Elementos essenciais na compartimentação da paisagem e na diminuição da suscetibilidade ao fogo	+++	Sem potencial de viabilização autónoma	+++	+++

(*) Potencial de viabilização autónoma significa que, no atual contexto produtivo e de mercado, a cultura ou sistema de produção tem **potencialmente** capacidade para ser realizada sem apoio público. Isto não significa que, dado o seu valor económico e/ou ambiental, o apoio público não possa ser adequado visando estimular o maior desenvolvimento da cultura ou sistema.

A Tabela 21 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de utilização. (GRUPO I; GRUPO II).

Tabela 21 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Raia Norte

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Ec	Eucalipto (pred)	20,7%	21,0%	58,4%	-	X
Pb	Pinheiro-bravo (pred)	19,6%	73,9%	6,5%	X	-
Md	Medronheiro	7,7%	11,7%	80,6%	X	-
Fxl	Lórdão-bastardo	14,0%	86,0%	0,0%	X	-

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Fxa	Aveleira	10,4%	30,9%	58,7%	X	-
Cpl	Cedro-do-Oregon	99,3%	0,7%	0,0%	-	X
Cpb	Cedro-do-Buçaco	99,9%	0,1%	0,0%	-	X
Ct	Castanheiro	7,0%	6,2%	86,8%	X	-
Cpc	Cipreste-comum	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Fr	Freixo	98,6%	0,0%	1,4%	-	X
Av	Azevinho	87,6%	11,7%	0,8%	-	X
Np	Nogueira-preta	23,3%	20,1%	56,6%	X	-
Puc	Cerejeira-brava	41,1%	58,2%	0,7%	X	-
Pd	Pseudotsuga	42,7%	57,3%	0,0%	X	-
Pxl	Pinheiro larício	99,3%	0,7%	0,0%	-	X
Pm	Pinheiro-manso	82,3%	17,7%	0,0%	-	X
Pr	Pinheiro-insigne	43,4%	56,6%	0,0%	X	-
Ch	Choupos	98,6%	0,0%	1,4%	-	X
Ps	Pinheiro silvestre	99,3%	0,7%	0,0%	-	X
Cp	Carvalho português	18,1%	2,9%	79,0%	X	-
Cn	Carvalho-negral	13,3%	19,7%	67,0%	X	-
Cr	Carvalho-alvarinho	28,1%	71,2%	0,8%	X	-
Az	Azinheira	89,7%	4,7%	5,6%	-	X
Cxa	Carvalho-americano	99,2%	0,8%	0,0%	-	X
Sb	Sobreiro	19,3%	54,6%	26,0%	X	-

SRH da Raia Sul

A expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre sobreiro (88,4 % de aptidão produtiva “Boa” na SRH) e o carvalho-português (59,6 % de aptidão produtiva “Boa” na SRH) em povoamentos puros ou mistos, com aproveitamento do medronheiro (59,6 % de aptidão produtiva “Boa” na SRH), bem como nas espécies associadas à galeria ripícola.

O eucalipto (25575 ha; 12,2 % na SRH) apresenta aptidão produtiva classificada como “Regular” em 80,4% do território da SRH pelo que a sua superfície deverá tendencialmente manter-se ou diminuir no contexto geral da aplicação das normas do Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização.

O pinheiro-bravo (12450 ha; 5,9 % na SRH) apresenta aptidão produtiva classificada como “Regular” em 79% e “Boa” em 18,5% do território da SRH pelo que a sua superfície deverá tendencialmente manter-se.

A perigosidade de incêndio florestal (aqui representando o risco) era elevada ou muito elevada em 52,1% do território da SRH em 2016, o qual não foi afetado pelos incêndios de 2017.

A prioridade à transformação de parte da área de mato em povoamentos das espécies acima descritas com sistemas silvopastoris e cinegéticos associados permitirá incrementar a diversidade e descontinuidade dos povoamentos.

A gestão dos matagais (26600 ha; 12,6 da SRH) é da maior importância nesta SRH, relevando o contributo da sua utilização silvo-pastoril e cinegética, para o desenvolvimento de sistemas menos suscetíveis ao fogo.

A gestão agrupada por ZIF ocupa 28,9 % do território da SRH (PTZIF014 Monforte da Beira; PTZIF016 Aravil; PTZIF021 Penha Garcia), o que releva a importância do apoio ao funcionamento e desenvolvimento desta modalidade de gestão.

A azinheira, o castanheiro e o lódão-bastardo apresentam aptidão produtiva regular ou boa numa fração importante da SRH e pode ser relevante para a diversificação dos povoamentos.

A Tabela 22 resume os principais sistemas e espécies a privilegiar para a SRH Raia Sul. A atribuição das prioridades tem também em consideração se o rendimento potencial do sistema é compatível com a sua gestão. A remuneração dos serviços dos ecossistemas é um tema central nesta SRH, uma vez que alguns dos sistemas a privilegiar tenderão a ser mais viáveis num contexto de remuneração desses serviços, pelo que é mencionada e contextualizada a sua importância relativa na viabilização destes sistemas. A relevância do apoio público ao investimento é também mencionada, uma vez que, também na componente de investimento à instalação ou melhoria dos povoamentos e das atividades associadas o apoio público será determinante da viabilidade.

Tabela 22 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH Raia Sul

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Povoamentos de sobreiro e carvalho-português, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro	Com gestão ativa das atividades componentes é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i>	A gestão ativa, em particular o aumento da fração herbácea diminui a suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Elementos essenciais na compartimentação da paisagem e na diminuição da suscetibilidade ao fogo	+++	Sem potencial de viabilização autónoma	+++	+++

(*) Potencial de viabilização autónoma significa que, no atual contexto produtivo e de mercado, a cultura ou sistema de produção tem **potencialmente** capacidade para ser realizada sem apoio público. Isto não significa que, dado o seu valor económico e/ou ambiental, o apoio público não possa ser adequado visando estimular o maior desenvolvimento da cultura ou sistema.

A Tabela 23 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de utilização. (GRUPO I; GRUPO II).

Tabela 23 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Raia Sul

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Ec	Eucalipto (pred)	11,1%	80,4%	8,5%	-	X
Pb	Pinheiro-bravo (pred)	2,5%	79,0%	18,5%	X	.
Md	Medronheiro	11,0%	29,3%	59,6%	X	-
Fxl	Lóvão-bastardo	0,0%	100,0%	0,0%	X	-
Fxa	Aveleira	85,4%	12,6%	2,0%	-	X
Cpl	Cedro-do-Oregon	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cpb	Cedro-do-Buçaco	70,7%	29,3%	0,0%	-	X
Ct	Castanheiro	40,4%	46,4%	13,2%	X	-
Cpc	Cipreste-comum	70,7%	29,3%	0,0%	-	X
Fr	Freixo	98,6%	0,0%	1,4%	-	X
Av	Azevinho	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Np	Nogueira-preta	86,8%	12,6%	0,6%	-	X
Puc	Cerejeira-brava	99,4%	0,6%	0,0%	-	X

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Pd	Pseudotsuga	99,4%	0,6%	0,0%	-	X
Pxl	Pinheiro larício	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pm	Pinheiro-manso	87,4%	12,6%	0,0%	-	X
Pr	Pinheiro-insigne	99,4%	0,6%	0,0%	-	X
Ch	Choupos	98,6%	0,0%	1,4%	-	X
Ps	Pinheiro silvestre	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cp	Carvalho português	29,4%	10,9%	59,6%	X	-
Cn	Carvalho-negral	86,8%	12,6%	0,6%	-	X
Cr	Carvalho-alvarinho	98,0%	2,0%	0,0%	-	X
Az	Azinheira	14,7%	75,8%	9,5%	X	-
Cxa	Carvalho-americano	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Sb	Sobreiro	11,0%	0,6%	88,4%	X	-

SRH do Tejo Internacional

A expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre o sobreiro (73,7% de aptidão “Boa” na SRH) , carvalho-português (35,7% de aptidão “Boa” na SRH) e azinheira (22,1% de aptidão “Boa” na SRH) puros ou mistos, com aproveitamento do medronheiro (35,7% de aptidão “Boa” na SRH) , bem como nas espécies associadas à galeria ripícola.

A perigosidade de incêndio florestal (aqui representando o risco) era elevada ou muito elevada em 79,1% do território da SRH em 2016, sendo que o território não foi afetado pelos incêndios de 2017.

A prioridade à transformação de parte da área de matos em povoamentos das espécies acima descritas com sistemas silvopastoris e cinegéticos associados permitirá incrementar a diversidade e descontinuidade dos povoamentos.

A gestão dos matagais (7200 ha; 27% da SRH) é da maior importância nesta SRH, relevando o contributo da sua utilização silvo-pastoril e cinegética, para o desenvolvimento de sistemas menos suscetíveis ao fogo.

Não existe gestão agrupada por ZIF no território da SRH, o que releva a importância do estímulo ao aumento desta modalidade de gestão.

A Rede Natura 2000 está presente em 81,3% do território da SRH (PTZPE0042 – Tejo Internacional, Erges e Ponsul).

O lódão-bastardo o cedro-do-Buçaco, o cipreste-comum apresentam aptidão produtiva regular ou boa numa fração importante da SRH e pode ser relevante para a diversificação dos povoamentos.

A Tabela 24 resume os principais sistemas e espécies a privilegiar para a SRH Tejo Internacional. A atribuição das prioridades tem também em consideração se o rendimento potencial do sistema é compatível com a sua gestão. A remuneração dos serviços dos ecossistemas é um tema central nesta SRH, uma vez que alguns dos sistemas a privilegiar tenderão a ser mais viáveis num contexto de remuneração desses serviços, pelo que é mencionada e contextualizada a sua importância relativa na viabilização destes sistemas. A relevância do apoio público ao investimento é também mencionada, uma vez que, também na componente de investimento à instalação ou melhoria dos povoamentos e das atividades associadas o apoio público será determinante da viabilidade.

Tabela 24 – Sistemas e espécies a privilegiar na SRH Tejo Internacional

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Povoamentos de sobreiro-carvalho-português e azinheira, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro	Com gestão ativa das atividades componentes é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i>	A gestão ativa, em particular o aumento da fração herbácea diminui a suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Elementos essenciais na compartimentação da paisagem e na diminuição da suscetibilidade ao fogo	+++	Sem potencial de viabilização autónoma	+++	+++

(*) Potencial de viabilização autónoma significa que, no atual contexto produtivo e de mercado, a cultura ou sistema de produção tem **potencialmente** capacidade para ser realizada sem apoio público. Isto não significa que, dado o seu valor económico e/ou ambiental, o apoio público não possa ser adequado visando estimular o maior desenvolvimento da cultura ou sistema.

A Tabela 25 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de utilização. (GRUPO I; GRUPO II).

Tabela 25 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Tejo Internacional

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Ec	Eucalipto (pred)	26,5%	73,4%	0,1%	-	X
Pb	Pinheiro-bravo (pred)	11,9%	87,2%	0,9%	X	-
Md	Medronheiro	26,3%	38,0%	35,7%	X	-
Fxl	Lódão-bastardo	0,1%	99,9%	0,0%	X	-
Fxa	Aveleira	95,9%	0,0%	4,1%	-	X
Cpl	Cedro-do-Oregon	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cpb	Cedro-do-Buçaco	62,0%	38,0%	0,0%	-	X
Ct	Castanheiro	64,3%	35,7%	0,0%	-	X
Cpc	Cipreste-comum	62,0%	38,0%	0,0%	-	X
Fr	Freixo	95,9%	0,0%	4,1%	-	X
Av	Azevinho	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Np	Nogueira-preta	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Puc	Cerejeira-brava	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pd	Pseudotsuga	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pxl	Pinheiro larício	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pm	Pinheiro-manso	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pr	Pinheiro-insigne	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Ch	Choupos	95,9%	0,0%	4,1%	-	X
Ps	Pinheiro silvestre	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cp	Carvalho português	38,1%	26,2%	35,7%	X	-
Cn	Carvalho-negral	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cr	Carvalho-alvarinho	95,9%	4,1%	0,0%	-	X
Az	Azinheira	4,2%	73,7%	22,1%	X	-
Cxa	Carvalho-americano	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Sb	Sobreiro	26,3%	0,0%	73,7%	X	-

SRH da Torre

Os espaços florestais arborizados ocupam apenas 5,8% da superfície da SRH sendo que os matos ocupam 42,6%, as pastagens 6,1% e as zonas agrícolas não têm expressão relevante.

A perigosidade de incêndio florestal (aqui representando o risco) era elevada ou muito elevada em 97,4% do território da SRH em 2016, sendo que 23% deste território foi afetado pelos incêndios de 2017, tendo ardido 50% da superfície de pinhal-bravo (400 ha), isto é, cerca de um terço da superfície arborizada.

Deverá dar-se prioridade à utilização silvo-pastoril e cinegética nas áreas de matos (8950 ha) procurando fomentar um mosaico de habitats com maior fração da componente herbácea.

A Rede Natura 2000 está presente em 100% do território da SRH (PTCON0014 – Serra da Estrela).

A Tabela 26 resume os principais sistemas e espécies a privilegiar para a SRH Torre. A atribuição das prioridades tem também em consideração se o rendimento potencial do sistema é compatível com a sua gestão. A remuneração dos serviços dos ecossistemas é um tema central nesta SRH, uma vez que alguns dos sistemas a privilegiar tenderão a ser mais viáveis num contexto de remuneração desses serviços, pelo que é mencionada e contextualizada a sua importância relativa na viabilização destes sistemas. A relevância do apoio público ao investimento é também mencionada, uma vez que, também na componente de investimento à instalação ou melhoria dos povoamentos e das atividades associadas o apoio público será determinante da viabilidade.

Tabela 26 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH Torre

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i>	A gestão ativa, em particular o aumento da fração herbácea diminui a suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++

(*) Potencial de viabilização autónoma significa que, no atual contexto produtivo e de mercado, a cultura ou sistema de produção tem **potencialmente** capacidade para ser realizada sem apoio público. Isto não significa que, dado o seu valor económico e/ou ambiental, o apoio público não possa ser adequado visando estimular o maior desenvolvimento da cultura ou sistema.

A Tabela 27 mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de utilização. (GRUPO I; GRUPO II).

Tabela 27 – Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação na SRH Torre

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Ec	Eucalipto (pred)	22,0%	23,2%	54,8%	-	X
Pb	Pinheiro-bravo (pred)	94,4%	5,6%	0,0%	-	X
Md	Medronheiro	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Fxl	Lódão-bastardo	100,0%	0,0%	0,0%	-	-

ABREV.	ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Fxa	Aveleira	5,8%	16,2%	78,0%	X	-
Cpl	Cedro-do-Oregon	22,0%	78,0%	0,0%	X	-
Cpb	Cedro-do-Buçaco	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Ct	Castanheiro	22,0%	0,0%	78,0%	X	-
Cpc	Cipreste-comum	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Fr	Freixo	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Av	Azevinho	5,8%	16,2%	78,0%	X	-
Np	Nogueira-preta	22,0%	78,0%	0,0%	X	-
Puc	Cerejeira-brava	5,8%	16,2%	78,0%	X	-
Pd	Pseudotsuga	22,0%	78,0%	0,0%	X	-
Pxl	Pinheiro larício	22,0%	78,0%	0,0%	X	-
Pm	Pinheiro-manso	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pr	Pinheiro-insigne	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Ch	Choupos	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Ps	Pinheiro silvestre	22,0%	78,0%	0,0%	X	-
Cp	Carvalho português	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cn	Carvalho-negral	22,0%	0,0%	78,0%	X	-
Cr	Carvalho-alvarinho	22,0%	0,0%	78,0%	X	-
Az	Azinheira	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cxa	Carvalho-americano	22,0%	78,0%	0,0%	X	-
Sb	Sobreiro	100,0%	0,0%	0,0%	-	-

BIBLIOGRAFIA

Capelo, J., Mesquita, S., Costa, J.C., Ribeiro, S., Arsénio, P., Neto, C., Monteiro, T., Aguiar, C., Honrado J., Espírito-Santo, M.D. & Lousã, M. 2007. *A methodological approach to potential vegetation modeling using GIS techniques and phytosociological expert-knowledge: application to mainland Portugal.* Phytocoenologia 37(3-4): 399-415.

Decreto-lei 64/2017 de 12 de junho, D.R. n.º 113/2017, 1ª Série. *Aprova o regime para novas centrais de biomassa florestal.*

Decreto-lei 65/2017, de 12 de junho, D.R. n.º 113/2017, 1ª Série. *Altera o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal.*

Decreto-lei 66/2017, de 12 de junho, D.R. n.º 113/2017, 1ª Série. *Estabelece o regime jurídico de reconhecimento das entidades de gestão florestal.*

Decreto-lei 67/2017, de 12 de junho, D.R. n.º 113/2017, 1ª Série. *Altera o regime de criação das Zonas de Intervenção Florestal.*

Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, D.R. n.º 138/2013, 1ª Série. (revisto pela Lei n.º 77/2017 de 17 de agosto). *Estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais.*

Lei n.º 49-A/2017, de 10 de julho, D.R. n.º 131/2017, Série I, 1º Suplemento. *Cria a Comissão Técnica Independente para a análise célere e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertão entre 17 e 24 de junho de 2017.*

Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, D.R. n.º 158/2017, 1ª Série. *Altera o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.*

Lei n.º 77/2017, de 17 de agosto, D.R. n.º 158/2017, 1ª Série. *Altera o regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização.*

Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, D.R. n.º 158/2017, 1ª Série. *Cria um sistema de informação cadastral simplificada.*

Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 27 de outubro, D.R. n.º 208/2017, 1ª Série, 1º Suplemento. *Aprova alterações estruturais na prevenção e combate a incêndios florestais.*

Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2017, de 8 de maio, D.R. n.º 88/2017, 1ª Série. *Aprova o Programa Nacional de Fogo Controlado.*

Silva, J.S., Fernandes, P., Catry, F.X., Moreira, F. e Rego, F. 2010. *Perigo, incidência e severidade do fogo nas florestas portuguesas.* In: Moreira, F., Catry, F., Silva, J. S. and Rego, F. (eds.). *Ecologia do fogo e gestão de áreas ardidas.* pp. 167 - 190. ISA Press, Lisboa.

Soares PMM, Cardoso RM, Ferreira JJ, Miranda PMA. 2015. *Climate change and the Portuguese precipitation: ENSEMBLES regional climate models results.* Clim. Dyn. 45, 1771–1787. doi:10.1007/s00382-014-2432-x.

Soares PMM, Cardoso RM, Miranda PM, Viterbo P, Belo-Pereira M. 2012. *Assessment of the ENSEMBLES regional climate models in the representation of precipitation variability and extremes over Portugal*. J. Geophys. Res. Atmos. 117, 1–18. doi:10.1029/2011JD016768.

Soares PMM, RM Cardoso, D Lima and PMA Miranda. 2016. *Future precipitation in Portugal: high-resolution projections using WRF model and EURO-CORDEX multi-model ensembles*. Submitted to Climate Dynamics.

ANEXOS

ANEXO	DESIGNAÇÃO
Anexo 1	Metodologia fitossociológica utilizada na avaliação da aptidão produtiva
Anexo 2	Produção média anual total e valor total da floresta na região PROF Centro Interior para os vários cenários considerados

ANEXO 1 - METODOLOGIA FITOSSOCIOLÓGICA UTILIZADA NA AVALIAÇÃO DA APTIDÃO PRODUTIVA

APTIDÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS PARA ARBORIZAÇÃO EM CENÁRIOS DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A aptidão das espécies florestais para arborização modelada para as condições edafoclimáticas atuais foi efetuada por comparação com os modelos da vegetação natural representados pelas séries de vegetação e respetiva Vegetação Natural Potencial (VNP). A aptidão de cada espécie florestal foi estimada usando a seguinte escala: 3 - boa, 2 - média, 1 - baixa e 0 - sem aptidão.

A modelação dessa mesma aptidão em cenários de evolução climática, de acordo com os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5, foi realizada assumindo o pressuposto de que a aptidão das espécies florestais acompanhará linearmente a alteração climática, com base no mesmo modelo geobotânico, alterado de modo a incorporar a evolução climática prevista.

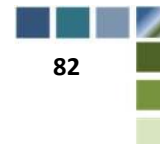
A modelação de VNP nos cenários referidos foi feita usando a metodologia descrita em Capelo *et al.* (2007), com base nos índices bioclimáticos – Temperatura positiva (Tp), Índice de Termicidade Compensado (Itc), Índices ombrotérmicos de verão (Ios2, Ios3 e Ios4) e Índice de Continentalidade (Ic) – calculados a partir das normais estimadas para os intervalos 2016-2045 e 2036-2065, considerando os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5.

A interpolação de cada índice bioclimático para todo o território a cartografar, a partir dos pontos onde as normais climáticas foram estimadas, foi realizada do seguinte modo:

- i) Cálculo dos índices em cada ponto, de acordo com *Worldwide Bioclimatic Classification*, última versão em Rivas-Martínez *et al.*, 2011.
- ii) Cálculo das anomalias dos índices em cada ponto, por comparação com os valores estimados para o período 1961-1990 (período utilizado na cartografia dos índices bioclimáticos usados no modelo de referência).
- iii) Interpolação das anomalias, pelo método do inverso da potência da distância (*Inverse Distance Weighting*, IDW).
- iv) Soma das coberturas das anomalias obtidas com os índices estimados para 1961-1990, usados no modelo de referência (Mesquita, 2009).

Seguidamente, os resultados - “mapas” bioclimáticos assim obtidos - foram cruzados com mapas de unidades biogeográficas e geologia/litologia, obtendo-se quatro mapas de Vegetação Natural Potencial, um para cada um dos cenários considerados. Nesta etapa surgiram algumas combinações de habitat novas, que correspondem a dois tipos de situações distintas: algumas continuam a ser classificáveis dentro das séries de vegetação já conhecidas neste território, por extrapolação da informação de carácter fitossociológico, florístico e corológico acumulada; outras resultam de novos bioclimas que até agora não se reconheciam no território em análise e que serão previsivelmente colonizadas por vegetação de novas séries, características de territórios mais secos e quentes: *Aristolochio baeticae-Junipereto turbinatae Sigmetum* (série L na tabela abaixo); *Clematido cirrhosae-Ceratonietum siliquae Sigmetum* (série M) e ainda uma terceira tipologia de vegetação infra-florestal (série N).

SÉRIES	<i>QUERCUS SUBER</i>	<i>QUERCUS ROTUNDIFOLIA</i>	<i>PINUS PINEA</i>	<i>PINUS PINASTER</i>	<i>CERATONIA SILIQUA</i>
A	1	3	3	0	0
B	3	0	3	2	3
C	0	0	2	1	1
D	2	3	2	0	2
E	0	0	0	0	0
F	1	3	0	0	2
G	3	0	1	2	2
H	0	1	0	0	2
I	3	1	2	2	0
J	0	0	0	0	0
K	0	0	0	0	0
L	1	3	1	0	0
M	2	2	1	1	2
N	0	1	1	0	0



ANEXO 2 - PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL TOTAL E VALOR TOTAL DA FLORESTA NA REGIÃO PROF CENTRO INTERIOR PARA OS VÁRIOS CENÁRIOS CONSIDERADOS

Tabela 28 - Caracterização dos recursos florestais da região PROF Centro Interior para o cenário BAU, considerando o impacto dos cenários climáticos RCP4.5 e RCP8.5

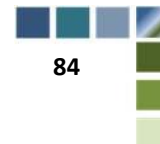
PRODUTO	UNIDADE (U)	PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL TOTAL PARA OS CENÁRIOS (10^3 U ANO ⁻¹)				
		BAU	BAU RCP4.5-30	BAU RCP4.5-50	BAU RCP8.5-30	BAU RCP8.5-50
Madeira de pinho com dt>35 ³	10 ³ m ³ cc	1	0	0	0	0
Madeira de pinho com dt:]15; 35] ³	10 ³ m ³ cc	158	155	154	154	155
Madeira de pinho com dt:]7; 15] ³	10 ³ m ³ cc	189	187	187	187	187
Madeira de eucalipto com dt>6	10 ³ m ³ cc	303	221	177	194	152
Resíduos de pinheiro bravo – bicadas ³	10 ³ ton	20	20	20	20	20
Resíduos de pinheiro bravo – folhas ³	10 ³ ton	20	20	20	20	20
Resíduos de pinheiro bravo – cascas ³	10 ³ ton	29	28	28	28	28
Resíduos de pinheiro bravo – ramos ³	10 ³ ton	31	31	30	30	31
Resíduos de eucalipto – bicadas	10 ³ ton	19	17	15	16	14
Resíduos de eucalipto – folhas	10 ³ ton	30	27	25	26	24
Resíduos de eucalipto – cascas	10 ³ ton	21	15	12	14	11
Resíduos de eucalipto – ramos	10 ³ ton	26	22	19	20	18
Resíduos de sobreiro – tronco, pernas e braças	10 ³ ton	21	20	20	20	19
Resíduos de sobreiro – cortiça virgem	10 ³ ton	2	2	2	2	2
Resíduos de sobreiro – folhas	10 ³ ton	2	2	2	2	2
Resíduos de sobreiro – ramos	10 ³ ton	10	10	10	10	9
Resina de pinheiro-bravo	ton	658	610	604	604	611
Cortiça virgem	10 ³ @	19	17	16	16	15
Cortiça amadia	10 ³ @	135	132	133	133	133
Sequestro de C (floresta) – pinheiro bravo	10 ³ ton	-105	-108	-108	-108	-108
Sequestro de C (floresta) – eucalipto	10 ³ ton	-31	-65	-84	-77	-94
Sequestro de C (floresta) - sobreiro	10 ³ ton	8	8	8	8	8
Sequestro de C (floresta+produtos) – pinheiro bravo	10 ³ ton	-40	-45	-46	-46	-45
Sequestro de C (floresta+produtos) – eucalipto	10 ³ ton	53	-5	-37	-25	-54
Sequestro de C (floresta+produtos) – sobreiro	10 ³ ton	9	9	9	9	9
Frutos, cogumelos e plantas aromáticas/medicinais	AQ ¹	0	-1	-2	-2	-3
Atividade silvopastoril	AQ ¹	0	-1	-2	-2	-3
Apicultura	AQ ¹	0	-1	-2	-2	-3
Atividade cinegética	AQ ¹	0	-1	-2	-2	-3
Pesca em águas interiores	AQ ¹	0	-1	-2	-2	-3

PRODUTO	UNIDADE (U)	PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL TOTAL PARA OS CENÁRIOS (10 ³ U ANO ⁻¹)				
		BAU	BAU RCP4.5-30	BAU RCP4.5-50	BAU RCP8.5-30	BAU RCP8.5-50
Proteção da biodiversidade	AQ ¹	0	-1	-2	-2	-3
Proteção dos recursos hídricos	AQ ¹	0	-1	-2	-2	-3
Luta contra a desertificação	AQ ¹	0	-1	-2	-2	-3
Criação de emprego verde	AQ ¹	0	-1	-2	-2	-3
Valor total da floresta	10⁶ euros	16.9	19.2	17.0	17.8	17.9

¹AQ – avaliação qualitativa

Tabela 29 - Caracterização dos recursos florestais da região PROF Centro Interior para o cenário DFm, considerando o impacto dos cenários climáticos RCP4.5 e RCP8.5

PRODUTO	UNIDADE (U)	PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL TOTAL PARA OS CENÁRIOS (10 ³ U ANO ⁻¹)				
		DFm	DFm RCP4.5-30	DFm RCP4.5-50	DFm RCP8.5-30	DFm RCP8.5-50
Madeira de pinho com dt>35 ³	10 ³ m ³ cc	1	0	0	0	0
Madeira de pinho com dt:]15; 35] ³	10 ³ m ³ cc	178	174	173	175	178
Madeira de pinho com dt:]7; 15] ³	10 ³ m ³ cc	212	210	211	210	214
Madeira de eucalipto com dt>6	10 ³ m ³ cc	311	227	182	199	156
Resíduos de pinheiro bravo – bicadas ³	10 ³ ton	23	22	22	22	23
Resíduos de pinheiro bravo – folhas ³	10 ³ ton	23	23	23	23	23
Resíduos de pinheiro bravo – cascas ³	10 ³ ton	32	32	32	32	32
Resíduos de pinheiro bravo – ramos ³	10 ³ ton	35	34	34	34	35
Resíduos de eucalipto – bicadas	10 ³ ton	19	17	16	16	15
Resíduos de eucalipto – folhas	10 ³ ton	31	28	26	26	24
Resíduos de eucalipto – cascas	10 ³ ton	22	16	13	14	11
Resíduos de eucalipto – ramos	10 ³ ton	27	22	20	21	18
Resíduos de sobreiro – tronco, pernas e braços	10 ³ ton	24	23	23	23	22
Resíduos de sobreiro – cortiça virgem	10 ³ ton	3	2	2	2	2
Resíduos de sobreiro – folhas	10 ³ ton	2	2	2	2	2
Resíduos de sobreiro – ramos	10 ³ ton	11	11	11	11	11
Resina de pinheiro-bravo	ton	740	686	679	688	688
Cortiça virgem	10 ³ @	22	20	19	19	19
Cortiça amadia	10 ³ @	158	155	156	156	156
Sequestro de C (floresta) – pinheiro bravo	10 ³ ton	-86	-90	-90	-90	-84
Sequestro de C (floresta) – eucalipto	10 ³ ton	-26	-61	-80	-73	-91



PRODUTO	UNIDADE (U)	PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL TOTAL PARA OS CENÁRIOS (10 ³ U ANO ⁻¹)				
		DFm	DFm RCP4.5-30	DFm RCP4.5-50	DFm RCP8.5-30	DFm RCP8.5-50
Sequestro de C (floresta) - sobreiro	10 ³ ton	13	12	12	12	12
Sequestro de C (floresta+produtos) – pinheiro bravo	10 ³ ton	-14	-19	-19	-20	-12
Sequestro de C (floresta+produtos) – eucalipto	10 ³ ton	59	-1	-33	-21	-51
Sequestro de C (floresta+produtos) – sobreiro	10 ³ ton	14	14	14	14	14
Frutos, cogumelos e plantas aromáticas/medicinais	AQ ¹	1	0	-1	-1	-2
Atividade silvopastoril	AQ ¹	1	0	-1	-1	-2
Apicultura	AQ ¹	1	0	-1	-1	-2
Atividade cinegética	AQ ¹	1	0	-1	-1	-2
Pesca em águas interiores	AQ ¹	1	0	-1	-1	-2
Proteção da biodiversidade	AQ ¹	1	0	-1	-1	-2
Proteção dos recursos hídricos	AQ ¹	1	0	-1	-1	-2
Luta contra a desertificação	AQ ¹	1	0	-1	-1	-2
Criação de emprego verde	AQ ¹	1	0	-1	-1	-2
Valor total da floresta	10⁶ euros	33.4	34.7	32.6	33.4	37.3

¹AQ – avaliação qualitativa

Tabela 30 - Caracterização dos recursos florestais da região PROF Centro Interior para o cenário DFi, considerando o impacto dos cenários climáticos RCP4.5 e RCP8.5

PRODUTO	UNIDADE (U)	PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL TOTAL PARA OS CENÁRIOS (10 ³ U ANO ⁻¹)				
		DFi	DFi RCP4.5-30	DFi RCP4.5-50	DFi RCP8.5-30	DFi RCP8.5-50
Madeira de pinho com dt>35 ³	10 ³ m ³ cc	1	0	0	0	0
Madeira de pinho com dt:]15; 35] ³	10 ³ m ³ cc	182	207	177	178	178
Madeira de pinho com dt:]7; 15] ³	10 ³ m ³ cc	216	234	215	214	214
Madeira de eucalipto com dt>6	10 ³ m ³ cc	321	234	188	205	161
Resíduos de pinheiro bravo – bicadas ³	10 ³ ton	23	25	23	23	23
Resíduos de pinheiro bravo – folhas ³	10 ³ ton	23	24	23	23	23
Resíduos de pinheiro bravo – cascas ³	10 ³ ton	33	34	32	32	32
Resíduos de pinheiro bravo – ramos ³	10 ³ ton	36	37	35	35	36
Resíduos de eucalipto – bicadas	10 ³ ton	20	18	16	17	15
Resíduos de eucalipto – folhas	10 ³ ton	32	29	26	27	25
Resíduos de eucalipto – cascas	10 ³ ton	23	26	13	14	11

PRODUTO	UNIDADE (U)	PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL TOTAL PARA OS CENÁRIOS (10 ³ U ANO ⁻¹)				
		DFi	DFi RCP4.5-30	DFi RCP4.5-50	DFi RCP8.5-30	DFi RCP8.5-50
Resíduos de eucalipto – ramos	10 ³ ton	28	23	21	22	19
Resíduos de sobreiro – tronco, pernadas e braças	10 ³ ton	28	27	26	27	25
Resíduos de sobreiro – cortiça virgem	10 ³ ton	3	3	3	3	3
Resíduos de sobreiro – folhas	10 ³ ton	3	3	3	3	3
Resíduos de sobreiro – ramos	10 ³ ton	13	13	13	13	13
Resina de pinheiro-bravo	ton	754	954	693	701	729
Cortiça virgem	10 ³ @	26	23	21	22	20
Cortiça amadia	10 ³ @	183	179	180	180	180
Sequestro de C (floresta) – pinheiro bravo	10 ³ ton	-25	-72	-85	-84	-84
Sequestro de C (floresta) – eucalipto	10 ³ ton	-17	-55	-75	-67	-86
Sequestro de C (floresta) - sobreiro	10 ³ ton	18	17	17	17	17
Sequestro de C (floresta+produtos) – pinheiro bravo	10 ³ ton	-7	6	-13	-12	-12
Sequestro de C (floresta+produtos) – eucalipto	10 ³ ton	72	8	-25	-13	-44
Sequestro de C (floresta+produtos) – sobreiro	10 ³ ton	20	19	19	19	19
Frutos, cogumelos e plantas aromáticas/medicinais	AQ ¹	2	1	0	0	-1
Atividade silvopastoril	AQ ¹	2	1	0	0	-1
Apicultura	AQ ¹	2	1	0	0	-1
Atividade cinegética	AQ ¹	2	1	0	0	-1
Pesca em águas interiores	AQ ¹	2	1	0	0	-1
Proteção da biodiversidade	AQ ¹	2	1	0	0	-1
Proteção dos recursos hídricos	AQ ¹	2	1	0	0	-1
Luta contra a desertificação	AQ ¹	2	1	0	0	-1
Criação de emprego verde	AQ ¹	2	1	0	0	-1
Valor total da floresta	10⁶ euros	50.0	51.2	46.1	46.9	50.2

¹AQ – avaliação qualitativa

